

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 392 - Ano XII - 14/05/2012 - ISSN 1981-8769



O Desenvolvimentismo em debate

Luiz Werneck Vianna:

A modernização brasileira e a política burguesa cinzenta

Plínio de Arruda Sampaio Jr.:

“Vivemos um processo de reversão neocolonial”

David Kupfer:

Desenvolvimento é crescimento com mudança estrutural

EMAISS

Castor Bartolomé Ruiz:

Leituras biopolíticas em Hannah Arendt

Vladimir Safatle:

A política contemporânea tende a ir para os extremos

Telma Monteiro:

Belo Monte: “um conto de fada” disfarçado

O Desenvolvimentismo em debate

O atual governo brasileiro é desenvolvimentista? Mas o que é o desenvolvimentismo? Não era esse o tema que galvanizou o debate ideológico dos anos 1950 e 1960 do século passado, caracterizando e dividindo a direita e a esquerda brasileiras? Qual é o sentido deste debate hoje?

A **IHU On-Line** propôs o tema para economistas e sociólogos que o debatem nesta edição.

Assim, contribuem na discussão Luiz Werneck Vianna, sociólogo, professor pesquisador da PUC-Rio, Luiz Carlos Bresser-Pereira, economista, professor emérito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, David Kupfer, economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Fernando Cardim, economista, professor da UFRJ, Amir Khair, economista e consultor, e Plínio de Arruda

Sampaio Jr., economista, professor da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Por sua vez, Vladimir Safatle, professor de Filosofia, a partir do recentemente lançado livro HARVEY, David. ZIZEK, Slavoj. ALI, Tariq et al. Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas (São Paulo: Boitempo, 2012), analisa os impactos políticos dos movimentos de contestação que emergiram pelo mundo no último ano.

Telma Monteiro, ambientalista, que estará na Unisinos, nesta semana, dentro da programação do Ciclo de Estudos sobre a Rio+20, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, analisa, com sólida argumentação, a opção energética feita pelo modelo desenvolvimentista brasileiro, implementado, primeiro, pelo regime militar, e retomado pelos governo Lula e Dilma.

Enfim, Castor Bartolomé Ruiz, professor do PPG em Filosofia da Unisinos, é o autor do artigo “Leituras biopolíticas de Hannah Arendt”.

A responsável pela criação de inúmeros projetos inovadores, como o Vestibulink, Maria Adélia Friedrich, narra a sua trajetória na Unisinos.

A todas e a todos um ótima leitura e uma excelente semana!



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU
ON-LINE

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU ISSN 1981-8769. IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br).

Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (graelaw@unisinos.br).

Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patrícia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e Thamisir Magalhães MTB 0669451 (thamirism@unisinos.br).

Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br).

Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência Experimental de Comunicação da Unisinos - Agexcom.

Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Patrícia Fachin, Luana Nyland e Natália Scholz

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Luiz Werneck Vianna:** A modernização brasileira e a política burguesa cinzenta
- 8 **Luiz Carlos Bresser-Pereira:** Desenvolvimentismo: ideologia do desenvolvimento econômico dos países retardatários
- 10 **Plínio de Arruda Sampaio Jr.:** “Vivemos um processo de reversão neocolonial”
- 14 **Fernando Cardim de Carvalho:** A importância da indústria para o desenvolvimento no Brasil
- 16 **Amir Khair:** Um modelo de desenvolvimento baseado no consumo
- 18 **David Kupfer:** Desenvolvimento é crescimento com mudança estrutural

DESTAQUES DA SEMANA

- 22 **Livro da semana: Vladimir Safatle:** A política contemporânea tende a ir para os extremos
- 25 **Destaques On-Line**
- 26 **Coluna CEPOS: Bruno Lima Rocha:** O novo consenso da direita financeira

IHU EM REVISTA

- 29 **Agenda**
- 30 **Telma Monteiro:** Belo Monte: “um conto de fada” disfarçado
- 35 **Castor Bartolomé Ruiz:** O advento do social: leituras biopolíticas em Hannah Arendt
- 41 **Notas de eventos**
- 42 **IHU Repórter:** Maria Adélia Friedrich



twitter.com/ihu



bit.ly/ihufacebook



www.ihu.unisinos.br

Tema de Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

A modernização brasileira e a política burguesa cinzenta

Para Luiz Werneck Vianna, o nacional-desenvolvimentismo da década de 1950 tem sido um repertório velho que está sendo tirado da tumba para justificar uma política burguesa cinzenta, de fins meramente instrumentais, sem nenhuma capacidade de mobilização

POR GRAZIELA WOLFART

Na visão do professor da PUC-Rio, Luiz Werneck Vianna, retomar o nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950 e 1960 hoje é um anacronismo. Para ele, o nacional-desenvolvimentismo da época tinha uma conotação anti-imperialista que certamente não tem mais hoje. Além disso, era animado por uma “coalizão de forças sociais e políticas” que contava com uma expressão muito forte da esquerda, do Partido Comunista da época, dos militares nacionalistas, de umaburocracia de Estado também muito orientada pelos valores do nacionalismo, que não estão mais aí. O que se tem hoje é uma tecnocracia animada pela aspiração de desenvolver, maximizar, robustecer o capitalismo brasileiro e inscrevê-lo de forma mais presente evigorosa no cenário do capitalismo mundial”. O fato é, continua ele, na entrevista concedida à **IHU On-Line** por telefone, que “hoje se concebe o nacional-desenvolvimentismo por fora dessa linha forte que foi a do nacional-popular, que não é evocada no cenário de hoje. Fala-se em nacional-desenvolvimentismo que é uma chave mais amena e mais compatível com os momentos de modernização vividos à época do regime militar. O que não deixa de ser significativo. No

entanto, entre nacional-desenvolvimentismo e nacional-popular há uma distância forte que deve ser observada nessas duas construções. A nacional-popular é mais ampla, mobilizadora, está orientada, sobretudo, para reformas estruturais de fundo, como a reforma agrária, por exemplo. Enquanto que essa de agora tem uma tópica toda centrada nos temas da economia. Esse desenvolvimentismo não tem política. Trata-se de um projeto de fortalecimento do capitalismo brasileiro”.

Luiz Werneck Vianna é professor-pesquisador na PUC-Rio. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, é autor de, entre outros, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1997); *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1999); e *Democracia e os três poderes no Brasil* (Belo Horizonte: UFMG, 2002). Sobre seu pensamento, leia a obra *Uma sociologia indignada. Diálogos com Luiz Werneck Vianna*, organizada por Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto (Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012) (mais informações em <http://bit.ly/IVmpmg>).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O senhor percebe a retomada do modelo econômico “nacional-desenvolvimentista” dos anos 1950 pelo governo Lula e que vem sendo mantido pelo governo Dilma? O que o caracteriza?

Werneck Vianna— Retomar o nacional-desenvolvimentismo, hoje, me parece um anacronismo. Esse tema se impôs entre nós a partir de uma circunstância muito particular, em que as questões internas estavam fortemente vinculadas à conjuntura

internacional da época. O nacional-desenvolvimentismo tinha aí uma conotação anti-imperialista que certamente não tem mais hoje. Além do mais, era animado por uma coalizão de forças sociais e políticas que contava com uma expressão muito forte da esquerda, do Partido Comunista da época, dos militares nacionalistas, de umaburocracia de Estado também muito orientada pelos valores do nacionalismo, que não estão mais aí. O que se tem hoje é uma tecnocracia

animada pela aspiração de desenvolver, maximizar, robustecer o capitalismo brasileiro e inscrevê-lo de forma mais presente evigorosa no cenário do capitalismo mundial. O nacional-desenvolvimentismo tinha uma conotação emancipatória, diferente de hoje. A conotação nacional desse desenvolvimentismo atual é fraca. O tema forte nele é o desenvolvimento da ordem burguesa no Brasil. E essa é uma mudança muito importante. A agenda emancipacionista não está

presentenismo que se chama hoje de nacional-desenvolvimentismo. É um anacronismo tratá-lo hoje como há 30, 40 anos. De qualquer forma, essa construção simbólica (nacional-desenvolvimentismo) tem uma finalidade política de procurar mostrar linhas de continuidade entre aquele momento de luta, de mobilização social e política, e os tempos de hoje, que são tempos em que amobilização social e política está muito fraca. Essa designação nacional-desenvolvimentista é um tônico simbólico para um tempo que é inteiramente distante daquele de quando essa construção dos anos 1950 e 1960 se impôs.

IHU On-Line – Em que sentido o eixo Getúlio-JK-regime militar influencia nas políticas e nos valores do nacional-desenvolvimentismo em nosso país?

Werneck Vianna – Essa coalizão foi construída exatamente como uma forma política a que o país chegou para lutar contra o subdesenvolvimento, contra a dominação imperial, com uma identidade nacional, por autonomia nacional. E vários atores se mobilizaram nisso por motivos próprios. Por exemplo, os sindicatos se deixaram enlevar pela trama nacional-desenvolvimentista em busca de maior influência, de maior autonomia em relação à legislação corporativa que preponderava à época. Mais à frente, juntaram-se setores do mundo do campo, como as Ligas Camponesas¹ e o sindicalismo rural. E os militares tiveram um papel histórico nisso, porque estavam associados com o tema da modernização e da industrialização do país, desde a revolução de 1930. Aqui cito também a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e a criação da Petrobras. Os militares eram um braço importante dessa construção e que estava instalado no interior do Estado. Era uma posição forte, mas que procurava sobretudo os ideais de moderni-

¹ **Ligas Camponesas:** Associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. (Nota da IHU On-Line)

“Nosso capitalismo é associado em tudo, da indústria ao agronegócio. Nossos vínculos com as grandes empresas capitalistas internacionais é muito forte”

zação associados a uma ruptura com o capitalismo hegemônico na época, com o imperialismo americano. Havia um inimigo externo ao nacional-desenvolvimentismo. Qual o inimigo externo hoje ao desenvolvimentismo brasileiro? As próprias empresas capitalistas, boa parte delas sediada aqui também. O modelo do capitalismo dependente, tal como se dizia nos anos 1960, vingou. Nosso capitalismo é associado em tudo, da indústria ao agronegócio. Nossos vínculos com as grandes empresas capitalistas internacionais é muito forte. Há uma tentativa de se evocar essa experiência do passado, que é uma experiência de conflito, de luta, para esse mundo de hoje onde a luta não se faz presente. Qual é o antagonista? O fato dos sindicatos, sobretudo, dos militares, serem atores políticos e sociais dissociados desse desenvolvimentismo diz tudo da diferença desses dois tempos.

IHU On-Line – Qual a importância de Celso Furtado² quando se fala

² **Celso Furtado (1920-2004):** economista brasileiro, membro do corpo permanente de economistas da ONU. Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e membro da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas obras são A economia brasileira (1954) e Formação econômica do Brasil (1959), apresentado pelo Prof. Dr. André Moreira Cunha (UFRGS) em 11-09-2003 no evento Ciclo de Estudos sobre o Brasil. A editoria Entrevista da Semana da

em modelo de desenvolvimento para o Brasil?

Werneck Vianna – Sem dúvida, ele foi uma das linhas mestras da construção desse modelo, no sentido de pensar o capitalismo reformado, com uma abertura social, especialmente para os temas da sua região, o Nordeste. Também foi um grande incentivador da criação da Sudene³. Mas ele não representava essa visão mais dura de um nacional-desenvolvimentismo da época, com a versão anti-imperialista. Era uma visão de reformas econômicas, sociais, interessadas sempre na modernização e na justiça social, mas não tinha a conotação forte que era dada por outras frações participantes dessa coalizão, que sempre pensavam esse tema numa chave de antagonismos, de superação, de confronto, de conflito, de luta contra o imperialismo. Esse foi um dos temas que norteou a construção do nacional-desenvolvimentismo, inclusive na sua expressão militar. Não mais é possível lembrar com a propriedade devida a presença dos militares na política durante aquela época. Havia um chamado “dispositivo militar” de claríssima conotação nacional-popular. O fato é que hoje se concebe o nacional-desenvolvimentismo por fora dessa linha forte que foi a do nacional-popular, que não é evocada no cenário de hoje. Fala-se em nacional-desenvolvimentismo que é uma chave mais amena e mais compatível com os momentos de modernização vividos à época do regime militar. O que não deixa de ser significativo. No entanto,

revista IHU On-Line edição 155^a, de 12-09-2005 repercutiu a criação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, na Finlândia, com entrevistas a diversos especialistas. Confira em <http://migre.me/BhSp>. (Nota da IHU On-Line)

³ **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene):** entidade de fomento econômico desenvolvimentista brasileira, destinada a promover soluções sócio-econômicas à Região Nordeste do Brasil, periodicamente afetada por estiagens e com populações com baixo poder aquisitivo e pouca instrução educacional. Sua sede está localizada na cidade do Recife, no estado de Pernambuco. Foi criada pela Lei 3.692, de 1959, e idealizada no governo do presidente Juscelino Kubitschek, tendo à frente o economista Celso Furtado, como parte do programa desenvolvimentista então adotado. (Nota da IHU On-Line)

entre nacional-desenvolvimentismo e nacional-popular há uma distância forte que deve ser observada nessas duas construções. A nacional-popular é mais ampla, mobilizadora, está orientada, de modo especial, para reformas estruturais de fundo, como a reforma agrária, por exemplo. Enquanto que essa de agora tem uma tópica toda centrada nos temas da economia. Esse desenvolvimentismo não tem política. Trata-se de um projeto de fortalecimento do capitalismo brasileiro. Sem dúvida que é. Mas não implica mais naqueles elementos emancipatórios, na chave de um nacional-popular, que conduzia a sociedade, especialmente seus setores subalternos, a postular a autonomia, à valorização das reivindicações particulares. Quando se abre a cena, basta ver os personagens hoje do desenvolvimentismo e quais eram os personagens antes, do nacional-popular. Neste, estavam os militares, os sindicatos, os intelectuais, os trabalhadores do campo. Era um mundo diverso do desenvolvimentismo atual. Quando se abre o cenário dessa dramaturgia dominada pelo grande desenvolvimentismo, temos economistas, tecnocratas, empresários. A carga política que havia num praticamente inexistente nesse do desenvolvimentismo atual. A carga do nacional-popular era dramática; continha dentro de si o levante de confrontação, de antagonismo, de luta, de disputa de hegemonia. Para ir mais a frente com essa questão, é preciso lembrar que na Frente Nacional Popular havia a luta por hegemonia. Na verdade, um grande tema da época era de quem deveria exercer hegemonia no contexto da Frente Nacional Popular: a burguesia nacional? Toda a sociologia de São Paulo vai se levantar contra a possibilidade da burguesia nacional exercer um papel de emancipação nas lutas nacionais.

IHU On-Line – Em que medida o debate teórico sobre o desenvolvimentismo inspira a reflexão sobre o papel do Estado na economia? Na sua visão, qual deve ser o papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico de uma nação?

Werneck Vianna – Isso está em curso. O capitalismo brasileiro vem tendo como uma das suas peças fortes de propulsão o Estado e suas polí-

ticas, a capacidade de intervenção, de regulação. O Estado tem sido central. Mas isso foi também no regime militar. O fato é que esse Estado está sendo conduzido de forma tecnocrática, inclusive com uma formatação da política muito pouco amável em relação à democracia. Basta ver as relações entre os poderes Executivo e Legislativo. Não vejo como tornar equivalentes o momento desenvolvimentista atual e o desenvolvimentismo anterior, em particular porque o nacional-desenvolvimentismo anterior estava fortemente associado a uma configuração na política apoiada num projeto nacional-popular. Este é um mundo cinzento, de cálculos e estratégias econômicas. Quem são os grandes atores? O BNDES⁴, alguns estrategistas do mundo da economia, que exercem uma consultoria muito próxima junto à presidente, como o ex-ministro Delfim Netto⁵ e outros, e têm como eixo de orientação o tema da alavancagem do capitalismo brasileiro e isso com inteira neutralidade quanto à política e quanto aos atores da política.

IHU On-Line – O que caracteriza o pensamento da esquerda desenvolvimentista brasileira?

Werneck Vianna – Não creio que a esquerda de hoje seja desenvolvimentista. O que temos é que a política foi inteiramente subsumida aos fins econômicos. Ademais, não entendo que o nacional-popular seja uma bandeira que a esquerda agora, em 2012, deva trazer para si. Os temas hoje são outros: aprofundamento da democracia, difusão da participação, distribuição de riqueza, concepção de uma sociedade igualitária. As questões da esquerda vão por essa linha, tem essa inclinação, essa vocação. O nacional-desenvolvimentismo tem sido um repertório velho que está sendo tirado da tumba para justificar uma política

⁴Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Nota da IHU On-Line)

⁵Antônio Delfim Netto (1928): economista e político brasileiro. Atuou como secretário da Fazenda em São Paulo entre 1966 e 1967. Durante o regime militar, entre 1967 e 1974 foi ministro da Fazenda. Em 1979 ocupou o cargo de ministro da agricultura e em 1985 foi ministro do Planejamento. É professor emérito da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP). (Nota da IHU On-Line)

burguesa cinzenta, de fins meramente instrumentais, sem nenhuma capacidade de mobilização. A modernização no Brasil já foi um projeto pluriclassista. Hoje não é mais. Hoje é um projeto monoclassista. Não creio que este tema do desenvolvimentismo deva fazer parte da constelação de questões da esquerda, salvo como crítica, e não como bandeira de organização, mobilização.

Leia mais

>>**Luiz Werneck Vianna** já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**.

Confira:

- *Fascismo: moralismo faz a política ficar de fora da discussão*. Entrevista publicada no **sítio do IHU** em 20-07-2008, e disponível em <http://bit.ly/wEoW8F>
- *“Só há um político no Brasil: o presidente da República”*. Entrevista publicada no **sítio do IHU** em 24-08-2008, e disponível em <http://bit.ly/ybsZgJ>
- *“Hoje, no Brasil, só uma pessoa faz política: Lula”*. Entrevista publicada no **sítio do IHU** em 24-05-2009, e disponível em <http://bit.ly/xKTIVA>
- *Da fábrica para a selva. “A candidatura Marina é uma mutação na política brasileira”*. Entrevista publicada no **sítio do IHU** em 20-08-2009, e disponível em <http://bit.ly/AsCjgT>
- *“A sociedade brasileira, hoje, é grão-burguesa”*. Entrevista publicada no **sítio do IHU** em 21-03-2010, e disponível em <http://bit.ly/xjeQ63>
- *O PT se tornou uma força condutora da expansão burguesa no Brasil”*. Entrevista publicada na revista **IHU On-Line** número 386, de 19-03-2012, disponível em <http://bit.ly/GBsaFP>

Desenvolvimentismo: ideologia do desenvolvimento econômico dos países retardatários

Luiz Carlos Bresser-Pereira recorda que, no Brasil, o nacional-desenvolvimentismo foi a estratégia dominante entre 1930 e 1980, e teve êxito em promover a industrialização ou, mais amplamente, a revolução capitalista do país

POR GRAZIELA WOLFART

Ao se reafirmar como um “novo desenvolvimentista”, o economista brasileiro Luiz Carlos Bresser-Pereira considera que “o desenvolvimentismo é a ideologia do desenvolvimento econômico dos países retardatários, que realizaram ou realizam sua revolução nacional e industrial depois que os países mais avançados se industrializaram e se tornaram imperialistas; é a estratégia que usam os países retardatários para se industrializar e alcançar os níveis de renda dos países ricos; é a alternativa à proposta de crescimento liberal e dependente que, como vimos na sua última versão, o Consenso de Washington, não promove o desenvolvimento econômico, mas a instabilidade financeira e o aumento da desigualdade”. Na entrevista que aceitou conceder por e-mail à **IHU On-Line**, o ex-ministro de FHC defende que “o desenvolvimentismo não é uma estratégia nacional de desenvolvimento de esquerda ou de direita. Ele implica sempre a hegemonia de uma coalizão de classes nacionalista da qual fazem parte empresários industriais, burocracia pública e trabalhadores. Implica, portanto, um acordo social entre a centro-direita e a centro-esquerda”.

Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, onde ensina economia, teoria política e teoria social. É presidente do Centro de Economia Política e editor da *Revista de Economia Política* desde 1981. Escreve uma coluna quinzenal na *Folha de S.Paulo*. Foi ministro do Ministério da Fazenda, da Administração Federal e Reforma do Estado, e da Ciência e Tecnologia, nos governos Sarney e Fernando Henrique Cardoso. É bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, mestre em administração de empresas pela Michigan State University, doutor e livre docente em economia pela Universidade de São Paulo. A maior parte de seus trabalhos está disponível no website que mantém desde 1996 – www.bresserpereira.org.br. Dentre seus livros publicados citamos *Desenvolvimento e crise no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 2004), *Globalization and competition. Why some emergent countries succeed while others fall behind* (New York: Cambridge University Press, 2010), *Doença holandesa e indústria* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010) e *Crise global e o Brasil* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Considerando que, dentro da concepção nacional-desenvolvimentista, a industrialização era o caminho necessário da autonomia e da modernidade, como fica esse ponto hoje a partir de uma chamada “desindustrialização” em nosso país?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – O desenvolvimentismo é a ideologia do desenvolvimento econômico dos países retardatários, que realizaram ou realizam sua revolução nacional e industrial depois que os países mais avançados se industrializaram e se

tornaram imperialistas; é a estratégia que usam os países retardatários para se industrializar e alcançar os níveis de renda dos países ricos; é a alternativa à proposta de crescimento liberal e dependente que, como vimos na sua última versão, o Consenso de Washington¹, não promove o desen-

1 Consenso de Washington: conjunto de medidas composto por dez regras básicas, formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do

volvimento econômico, mas a instabilidade financeira e o aumento da desigualdade. No Brasil, o nacional-desenvolvimentismo foi a estratégia dominante entre 1930 e 1980, e teve êxito em promover a industrialização

Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. (Nota da **IHU On-Line**)

ou, mais amplamente, a revolução capitalista do país.

IHU On-Line – Qual a importância da teoria da “segurança nacional” formulada pelos militares brasileiros para o sucesso da implementação do modelo desenvolvimentista no Brasil?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – O nacional-desenvolvimentismo não foi inicialmente adotado no Brasil pelo regime militar de 1964, mas por Getúlio Vargas a partir de 1930. Começava, então, a Revolução Capitalista Brasileira que, como todas as outras revoluções nacionais e industriais, foi realizada no quadro de um regime autoritário. Depois de realizada a revolução nacional e industrial, que, a meu ver, se completou no final dos anos 1970, o desenvolvimentismo deve e pode ser democrático e social, voltado como está o nosso para um estado do bem-estar social.

IHU On-Line – Como podemos definir a relação entre o desenvolvimentismo e a esquerda no Brasil?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – O desenvolvimentismo não é uma estratégia nacional de desenvolvimento de esquerda ou de direita. Ele implica sempre a hegemonia de uma coalizão de classes nacionalista da qual fazem parte empresários industriais, burocracia pública e trabalhadores. Implica, portanto, um acordo social entre a centro-direita e a centro-esquerda.

IHU On-Line – O senhor ainda se considera um “novo desenvolvimentista”?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – Sem dúvida. Introduzi esse conceito em 2003, em uma época em que a palavra “desenvolvimentismo” havia sido transformada em palavrão pelos neoliberais. Vendo o fracasso de suas propostas, resolvi enfrentá-los. Parece que deu certo, porque todos estão interessados no desenvolvimentismo e temos uma presidente, Dilma Rousseff, desenvolvimentista.

IHU On-Line – Pensando em um modelo de desenvolvimento ideal para o país, qual sua opinião sobre a redução dos juros, o controle da entrada de capitais e a cobrança de imposto sobre a exportação de commodities?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – O desenvolvimento industrial de um país depende de uma taxa de câmbio equilibrada ou competitiva – de uma taxa que, em meu modelo sobre a doença holandesa², chamo de “taxa de câmbio de equilíbrio industrial”. Para que essa taxa seja colocada nesse nível, é preciso baixar os juros, controlar as entradas de capitais e estabelecer um imposto sobre as exportações das commodities que dão origem à doença holandesa. É importante, porém, assinalar que, afinal, os produtores não pagam nada, porque o que eles pagam em impostos é devolvido com sobra sob a forma de depreciação cambial.

IHU On-Line – O que deveria fazer parte de uma mudança significativa de rumo na política macroeconômica brasileira?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – O desafio fundamental é sair da armadilha da alta taxa de juros e da taxa de câmbio cronicamente sobreapreciada.

IHU On-Line – Qual a importância do equilíbrio fiscal para o chamado “novo desenvolvimentismo”?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – Para crescer um país precisa de um Estado capaz que sirva de instrumento dos empresários, dos trabalhadores e dos profissionais que fazem parte da coalizão política desenvolvimentista. Ora, um Estado forte e capaz não pode estar endividado. Por isso, a responsabilidade fiscal é fundamental para o novo desenvolvimentismo. E também responsabilidade cambial. Como não devemos ter déficits públicos, não devemos também ter déficits em conta corrente.

IHU On-Line – Podemos afirmar que o desenvolvimento brasileiro ain-

da depende mais da demanda do que da oferta?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – O desenvolvimento econômico depende sempre tanto da oferta como da demanda. Mas a oferta é uma questão de longo prazo. Um país como o Brasil está sempre fazendo o melhor que pode para melhorar sua educação, sua saúde, sua infraestrutura, suas instituições. Já do lado da demanda o problema é de curto prazo. Se o Brasil colocasse a taxa de câmbio no equilíbrio industrial, que eu acredito estar hoje em torno de R\$ 2,40 por dólar, as empresas brasileiras que usam tecnologia no estado da arte mundial teriam acesso a toda a demanda mundial ao mesmo tempo em que empresas estrangeiras não teriam condições de capturar o mercado interno brasileiro. O Brasil, em pouco tempo, dobraria sua taxa de crescimento e alcançaria maior estabilidade financeira, porque no nível do equilíbrio industrial não há déficit em conta corrente, mas superávit, e, portanto, não há a possibilidade de crises de balanço de pagamento.

IHU On-Line – Em que consiste o novo e amplo pacto político que está se formando no Brasil, conforme o senhor defende, e que pode levá-lo mais depressa para o desenvolvimento?

Luiz Carlos Bresser-Pereira – A grande coalizão de classes ou pacto político que está novamente se formando no Brasil envolve os empresários, a burocracia pública, as classes médias republicanas, os trabalhadores urbanos, a luta contra uma coalizão liberal-dependente formada por capitalistas rentistas, financistas que recebem comissões dos rentistas para administrar sua riqueza, e os interesses estrangeiros em relação ao mercado interno brasileiro.

Leia mais...

>> Luiz Carlos Bresser-Pereira já concedeu outra entrevista à **IHU**

On-Line. Confira:

- “O Brasil não precisa do capital externo. O capital se faz em casa”. Entrevista publicada na **IHU On-Line** número 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/n0W9nr>

² **Doença holandesa:** conceito econômico que tenta explicar a aparente relação entre a exploração de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro. A teoria prega que um aumento de receita decorrente da exportação de recursos naturais irá desindustrializar uma nação devido à valorização cambial, que torna o setor manufatureiro menos competitivo aos produtos externos. É, porém, muito difícil dizer com exatidão que a doença holandesa é a causa do declínio do setor manufatureiro porque existem muitos outros fatores econômicos a se levar em consideração. (Nota da IHU On-Line)

“Vivemos um processo de reversão neocolonial”

Sem colocar no horizonte a necessidade e a possibilidade do socialismo, a problemática do desenvolvimento cai no vazio e vira uma mitologia, pondera o professor Plínio de Arruda Sampaio Jr.

POR GRAZIELA WOLFART

Para o professor da Unicamp Plínio de Arruda Sampaio Jr., após a “volta dos militares aos quartéis e a institucionalização da ditadura do grande capital, a sociedade brasileira não resgatou a reflexão crítica sobre os desafios do desenvolvimento brasileiro”. Plínio aponta este fato como um problema grave, pois, “desvinculada de seus efeitos sobre a integração nacional, a discussão do desenvolvimento fica reduzida a diferentes formas de promover o aumento da eficiência econômica, a modernização dos padrões de consumo, os negócios do grande capital”. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele analisa a construção do pensamento desenvolvimentista no Brasil e afirma que “a classe dominante latino-americana não está interessada em desenvolvimento nacional e não se dispõe a transcender a lógica dos negócios. Abandonou definitivamente qualquer veleidade nacional e democrática. A nova Cepal acompanhou os ares do tempo, tornando-se uma espécie de versão rósea do neoliberalismo”. Além disso,

constata: “a história tem sido bastante convincente em demonstrar que a superexploração do trabalho é a galinha dos ovos de ouro da burguesia brasileira. Não existem bases objetivas e subjetivas para um capitalismo mais ameno no Brasil. Vivemos num capitalismo selvagem. Exatamente por isso a burguesia não pode permitir o debate sobre o desenvolvimento. Ela não tem respostas aos problemas do povo brasileiro. Não pode ir além de um simulacro de desenvolvimento”.

Plínio de Arruda Sampaio Jr. é professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). Possui mestrado em Economia e doutorado em Economia Aplicada pela mesma instituição. É autor de *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial* (São Paulo: Editora Sundermann, 2009) e *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente* (Petrópolis: Vozes, 1990).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são as principais ideias e teses do chamado desenvolvimentismo de esquerda?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – A tradição crítica subordina o desenvolvimento das forças produtivas à solução dos problemas fundamentais da população. No caso de uma sociedade de origem colonial, desde sua origem subordinada à lógica dos negócios do capital internacional, a problemática do desenvolvimento confunde-se com a necessidade de resolver o problema da segregação social e da dependência externa – a dupla articulação responsável pela perpetuação do caráter particularmente antissocial, antinacional e antidemocrático do capitalismo

dependente. Por essa razão, nessas economias o desenvolvimento requer reformas sociais de grande envergadura – agrária, urbana, educacional etc. – e também pelo enfrentamento do imperialismo que as submete aos imperativos do desenvolvimento desigual e combinado.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento das forças produtivas e a integração nacional são dois aspectos indissolúveis de um mesmo problema – criar as bases econômicas, sociais e culturais para uma sociedade capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento das forças produtivas. Essa tradição do pensamento brasileiro – vinculada

aos nomes de Caio Prado Júnior¹, Flo-

¹ **Caio Prado Júnior** (1907-1990): pensador e político brasileiro. Em 1942 publica sua obra mais importante, *A formação do Brasil contemporâneo*, sofrendo perseguições devido ao seu alinhamento político com orientação comunista, tendo seu mandato cassado dois anos depois da publicação do livro. Sua obra criou, porém, uma tradição historiográfica no Brasil, identificada sobretudo com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial. Essa obra foi apresentada no evento I Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo IHU, em 14-08-2003, pela professora Marcia Eckert Miranda, da Unisinos, que concedeu uma entrevista à **IHU On-Line** número 70, de 11-08-2003, disponível em <http://bit.ly/JdcvMY>. (Nota da **IHU On-Line**)

restan Fernandes², Celso Furtado³ – foi banida do debate público pelo golpe de 1964 e até hoje permanece banida. Após a volta dos militares aos quartéis e a institucionalização da ditadura do grande capital, a sociedade brasileira não resgatou a reflexão crítica sobre os desafios do desenvolvimento brasileiro. É um problema grave, pois, desvinculada de seus efeitos sobre a integração nacional, a discussão do desenvolvimento fica reduzida a diferentes formas de promover o aumento da eficiência econômica, a modernização dos padrões de consumo, os negócios do grande capital.

IHU On-Line – Qual a importância da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal para a construção de um pensamento desenvolvimentista no Brasil?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – A Cepal de Prebisch⁴, Furtado, Aníbal Pinto – a velha Cepal – foi responsável pela formação da Economia Política Latino-Americana – uma reflexão crítica sobre a particularidade dos problemas do desenvolvimento nessa região. O estruturalismo latino-americano teve grande importância como arma ideológica dos países que ensaiaram uma política de desenvolvimento nacional.

2 Florestan Fernandes (1920-1995): considerado o pai da sociologia brasileira, tem como principal obra o livro *A revolução burguesa no Brasil*, apresentado no I Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo IHU em 9-10-2003, e comentado pelo Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva, pesquisador na FEE, que concedeu uma entrevista à IHU On-Line nº 78, de 6-10-2003. (Nota da IHU On-Line)

3 Celso Furtado (1920-2004): economista brasileiro, membro do corpo permanente de economistas da ONU. Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e membro da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas obras são *A economia brasileira (1954)* e *Formação econômica do Brasil (1959)*, apresentado pelo Prof. Dr. André Moreira Cunha (UFRGS) em 11-09-2003 no evento *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*. A editoria Entrevista da Semana da revista IHU On-Line edição 155^a, de 12-09-2005 repercutiu a criação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, na Finlândia, com entrevistas a diversos especialistas. Confira em <http://migre.me/BhSp>. (Nota da IHU On-Line)

4 Raul Prebisch (1901-1986): considerado um dos maiores intelectuais latino-americanos da segunda metade do século XX. Foi um dos fundadores, ao lado de Celso Furtado, da escola estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (Nota da IHU On-Line)

“O estruturalismo latino-americano teve grande importância como arma ideológica dos países que ensaiaram uma política de desenvolvimento nacional”

lógica dos países que ensaiaram uma política de desenvolvimento nacional. Foi um esforço tremendo para superar o colonialismo cultural e pensar com a própria cabeça. O seu maior mérito foi ter chamado a atenção para a especificidade do subdesenvolvimento, a contrapartida do desenvolvimento capitalista nas economias periféricas controladas por burguesias aculturadas, cujos interesses encontram-se intimamente imbricados aos interesses do imperialismo. O limite da crítica da Cepal reside na concepção de que seria possível superar o subdesenvolvimento nos marcos do regime burguês. A história da América Latina não deixa margem à dúvida: a plutocracia latino-americana não é permeável a reformas. Em todos os países em que o avanço do processo de mudança social ameaçou os pilares do *status quo*, a burguesia não hesitou em reagir com violência. A classe dominante latino-americana não está interessada em desenvolvimento nacional e não se dispõe a transcender a lógica dos negócios. Abandonou definitivamente qualquer veleidade nacional e democrática. A nova Cepal acompanhou os ares do tempo, tornando-se uma espécie de versão rósea do neoliberalismo.

IHU On-Line – Levando em consideração a trajetória histórica da teoria desenvolvimentista no Brasil, qual a importância da criação da Universi-

dade de Campinas, no final dos anos 1960, no sentido de renovar as ideias e as interpretações clássicas do desenvolvimento capitalista brasileiro?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – A Escola de Campinas foi um esforço de superar as insuficiências da explicação da Cepal sobre a especificidade da industrialização brasileira. No entanto, a meu ver ela deu um passo atrás na reflexão crítica, pois, em vez de superar as deficiências do estruturalismo, acabou negando a própria problemática do subdesenvolvimento. Ao reduzir a reflexão sobre o desenvolvimento latino-americano ao processo de constituição de um sistema industrial e a problemática da industrialização tardia à internalização da indústria de bens de capital, o Capitalismo Tardio desvinculou desenvolvimento capitalista e integração nacional. Ao abandonar a crítica à segregação social e à dependência externa como causas responsáveis pelas mazelas do povo brasileiro, o Capitalismo Tardio tirou o foco das contradições que realmente permitem compreender por que o capitalismo é particularmente selvagem no Brasil. Esse equívoco levou à tese de que o capitalismo brasileiro teria se tornado autodeterminado – uma interpretação cabalmente refutada pelos fatos. Estamos bem mais próximos de um processo de reversão neocolonial do que da autodeterminação.

IHU On-Line – O que caracteriza a escola campineira do desenvolvimentismo?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Em termos bem gerais, o que caracteriza o Capitalismo Tardio é a crença na possibilidade de um capitalismo mais civilizado no Brasil. A essência desse pensamento encontra-se na interpretação de que, após o salto para a industrialização pesada nos anos 1950, o Brasil teria criado as bases materiais – objetivas – para compatibilizar capitalismo e justiça social. A erradicação da pobreza e da desigualdade social estaria à mão, dependendo exclusivamente da adoção de políticas econômicas e sociais que redirecionassem o padrão de desenvolvimento capitalista e a utilização dos recursos públicos. A superexploração do trabalho não seria uma necessidade histórica a funcionar como determinismo férreo, mas sim

uma contingência histórica que, com vontade política, poderia ser alterada. Nessa visão, a solução institucional para as mazelas do povo seria impulsionada pelo jogo democrático e sancionada por uma “burguesia industrial progressista”, sensível às demandas democráticas. Em outras palavras, não haveria nenhuma razão econômica insuperável que impedisse a possibilidade de um capitalismo domesticado.

A galinha dos ovos de ouro da burguesia brasileira

Após meio século de industrialização pesada e um quarto de século do fim do regime militar, é o caso de indagar por que a possibilidade de dias melhores nunca se cumpre. Por que o “empresariado produtivo progressista” nunca se apresenta? Não seria a solução dos problemas estruturais da sociedade brasileira sempre protelada para um futuro indeterminado porque, na realidade, o capitalismo brasileiro depende visceralmente da superexploração do trabalho? A história tem sido bastante convincente em demonstrar que a superexploração do trabalho é a galinha dos ovos de ouro da burguesia brasileira. Não existem bases objetivas e subjetivas para um capitalismo mais ameno no Brasil. Vivemos num capitalismo selvagem. Exatamente por isso a burguesia não pode permitir o debate sobre o desenvolvimento. Ela não tem respostas aos problemas do povo brasileiro. Não pode ir além de um simulacro de desenvolvimento.

IHU On-Line – Em que consiste o chamado “neodesenvolvimentismo”?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – O neodesenvolvimentismo é um rótulo vazio. É muito mais uma estratégia de propaganda dos governos Lula e Dilma, no seu afã de se diferenciar dos governos FHC, do que um corpo de doutrina para orientar a ação do Estado. Não conheço nenhum trabalho sério que explique as bases objetivas e subjetivas desse novo desenvolvimentismo. O que existe são apologias ao governo Lula, construídas com base na nada recomendada metodologia de que “o que é positivo eu mostro e o que é negativo eu escondo”. A expressão máxima deste tipo de trabalho é

“Estamos bem mais próximos de um processo de reversão neocolonial do que da autodeterminação”

a tese de doutorado de Aloísio Mercadante⁵ – que advoga, sem nenhum prurido, que com Lula o Brasil teria chegado ao paraíso. Quando confrontada com a realidade, a mitologia de que a economia brasileira passa por um ciclo endógeno de crescimento com distribuição de renda e aumento da soberania nacional não resiste ao menor sopro. Os sofismas que embasam o neodesenvolvimentismo são primários:

a) O crescimento médio da economia brasileira durante os oito anos de governo Lula foi modesto, inferior a 3% ao ano, pouco acima do desempenho do conjunto das economias latino-americanas. A expansão foi impulsionada fundamentalmente por fatores circunstanciais e não autosustentáveis: abundância de crédito barato no mercado financeiro internacional; aumento das exportações, em grande parte causado pela elevação especulativa dos preços das commodities; e expansão do grau de endividamento das famílias. Nesse período, a média da taxa de investimento ficou abaixo de 17% do PIB – pouco acima da taxa obtida nos oito anos de FHC e bem abaixo do patamar histórico da economia brasileira entre 1970 e 1990. Com tal desempenho, pergun-

⁵ Aloísio Mercadante Oliva (1954): economista e político brasileiro, um dos fundadores do PT em fevereiro de 1980 e vice-presidente do partido entre 1991 e 1999. Foi senador pelo estado de São Paulo entre 2003 e 2010. De 2011 a 2012 foi Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, e, em 2012 tornou-se Ministro da Educação, devido à saída de Fernando Haddad para concorrer à Prefeitura de São Paulo. (Nota da IHU On-Line)

to: onde estão as bases endógenas de crescimento?

b) A despeito de toda a propaganda, o Brasil permanece com uma das sociedades mais desiguais do mundo. Ao apontar a modestíssima melhoria na distribuição pessoal da renda como prova de que o Brasil está combatendo as desigualdades sociais, os defensores do neodesenvolvimentismo ocultam o fato de que a concentração funcional da renda permanece praticamente inalterada. Em outras palavras, após uma década de governo petista, a divisão do bolo entre lucro e salário continua uma das piores do mundo e não apresenta nenhum sinal de alteração substantiva.

c) Não obstante o acúmulo de uma massa gigantesca de reservas cambiais (que implica altíssimo custo para o Tesouro Nacional), a economia brasileira tornou-se muito mais sensível aos humores da economia internacional. A propaganda de que o Brasil teria superado o problema da vulnerabilidade externa e diminuído seu grau de endividamento externo abstrai o fato de que, entre o começo e o fim do governo Lula, o passivo externo líquido da economia brasileira foi multiplicado por quatro, saltando de US\$ 336 bilhões para US\$ 1,31 trilhão. Para se ter uma ideia do grau de vulnerabilidade externa do Brasil, basta lembrar que, em 2011, apenas o Passivo Externo Financeiro Líquido – os recursos de altíssima volatilidade, prontos para sair do país, já descontadas as reservas cambiais – era de quase US\$ 700 bilhões.

Em pleno processo de reversão neocolonial, a noção de um novo desenvolvimentismo só existe porque o debate público brasileiro é rebaixado e fechado à crítica. Afinal, como alguém em sã consciência tem o desprazer de imaginar a possibilidade de conciliar desenvolvimento e desindustrialização? Seria o primeiro caso na história de um desenvolvimento (endógeno e sustentável!) com regressão das forças produtivas. Falando nua e cruamente: o chamado neodesenvolvimentismo, em qualquer de seus matizes, não passa de uma operação de propaganda para dar um verniz progressista ao surrado mito de que os problemas da sociedade brasileira serão resolvidos

com crescimento – a ideologia do subdesenvolvimento.

IHU On-Line – Em que sentido, Celso Furtado continua sendo uma inspiração para pensarmos um modelo de desenvolvimento para o Brasil?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Furtado é uma das referências fundamentais para que se possa avançar na crítica da economia política latino-americana. A sua reflexão explícita os nós que devem ser desatados para vencer o círculo vicioso do subdesenvolvimento. Ele nunca abandonou a trincheira das reformas porque sabe que não é possível enfrentar o problema da desigualdade social e da dependência externa sem mudanças sociais, políticas e culturais de grande profundidade. Ao retirar as “reformas estruturais” da agenda política nacional, a burguesia brasileira naturaliza o subdesenvolvimento e a dependência. Contudo, ele também é importante para que saibamos o que não deve ser feito. É de Furtado uma das mais contundentes críticas ao crescimento como solução para o problema da pobreza e da desigualdade social. É de Furtado uma das primeiras formulações sobre a impossibilidade de um desenvolvimento ancorado num regime central de acumulação. A transnacionalização do capitalismo solapa as bases objetivas de um desenvolvimento restrito ao espaço econômico nacional. Por fim, a reflexão de Furtado é esclarecedora sobre a impossibilidade de conciliar dependência e desenvolvimento. Seu calcanhar de Aquiles é não perceber que a superexploração do trabalho é uma característica insuperável do capitalismo nas economias que fazem parte do elo fraco do sistema capitalista mundial e que, portanto, o capitalismo não oferece nenhuma alternativa construtiva às sociedades que ficaram presas nas teias do subdesenvolvimento. Sem colocar no horizonte a necessidade e a possibilidade do socialismo, a problemática do desenvolvimento cai no vazio e vira uma mitologia.

IHU On-Line – Que reflexão deve ser feita sobre o subdesenvolvimento no Brasil quando pensamos as teorias do desenvolvimento?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Esse é um assunto complexo para ser discutido em pouco espaço. A questão fundamental é entender o impacto do subdesenvolvimento sobre o processo de formação das bases econômicas, sociais e culturais da sociedade nacional em cada momento histórico. Na fase superior do imperialismo, o capitalismo de nosso tempo, o subdesenvolvimento acarreta um processo de reversão neocolonial, entendido como uma progressiva corrosão de toda e qualquer relação entre capitalismo, equidade e soberania popular. O comprometimento de todo e qualquer caráter socialmente construtivo do capitalismo materializa-se na incapacidade de o Estado nacional promover políticas que defendam a economia popular e os interesses estratégicos da nação. É o que está acontecendo no Brasil já há algum tempo. Para avançar na crítica do capitalismo dependente e subdesenvolvido, é necessário levar a reflexão crítica às últimas consequências, mostrando que não há solução para os problemas estruturais do povo brasileiro nos marcos do capitalismo.

IHU On-Line – A partir do debate sobre o desenvolvimentismo, que crítica pode ser feita à modernização dos padrões de consumo?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Na teoria do subdesenvolvimento de Furtado, a modernização dos padrões de consumo é a causa última do subdesenvolvimento. A razão é simples. Assim como o cidadão comum não pode reproduzir o padrão de vida de um milionário, também uma sociedade subdesenvolvida como a brasileira, com uma renda per capita cinco vezes inferior à renda per capita das economias centrais, não tem condições de generalizar para o conjunto de sua população o padrão de consumo que existe nas sociedades desenvolvidas. O preço que se paga pelo afã de copiar o primeiro mundo é o subdesenvolvimento, ou seja, a reprodução de uma sociedade ultraelitista, marcada pela segregação social e pela dependência externa. A crítica ao progresso como um fim em si nos remete a estabelecer critérios racionais sobre como definir o sentido, o ritmo e a intensidade do processo de incorporação de progresso técnico. Esse é um problema cen-

tral do capitalismo contemporâneo que, em vários sentidos, extrapola o problema do subdesenvolvimento.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais algum comentário sobre o tema?

Plínio de Arruda Sampaio Jr. – Agradeço o espaço que vocês abriram para o debate e a controvérsia. Sem a participação dos que lutam contra a ordem, o debate público não tem como efetivamente discutir os problemas e os desafios do desenvolvimento, entendido como o controle da mudança social e a subordinação do progresso técnico às necessidades da coletividade. Dentro dos parâmetros do capitalismo dependente, essa discussão não se coloca. Sem reformas estruturais que desatem a dupla articulação, as alternativas que restam à sociedade são canhestras, polarizando-se, basicamente, em torno do ritmo e intensidade da modernização capitalista. Nessa polarização, a distância entre o braço esquerdo e o braço direito da ordem é pequeno porque o raio de manobra da burguesia dependente é mínimo. O grau de liberdade é reduzido basicamente às seguintes opções: maior ou menor crescimento, num padrão de acumulação que não dá margem para muita expansão do mercado interno; maior ou menor concentração de renda, dentro dos limites de uma sociedade marcada pela segregação social; maior ou menor participação do Estado na economia, dentro de um esquema que impede qualquer possibilidade de políticas públicas universais; maior ou menor dependência externa, dentro de um tipo de inserção na economia mundial que coloca o país a reboque do capital internacional; e, como consequência, maior ou menor repressão às lutas sociais, dentro de um regime de “democracia restrita”, sob controle absoluto da plutocracia, que não tolera a emergência do povo como sujeito histórico – seja pelo recurso ao esmagamento, como caracterizam os governos que estão à direita da ordem, seja pelo recurso à cooptação, como fazem os governos que se posicionam à esquerda da ordem.

A importância da indústria para o desenvolvimento no Brasil

“Nem FHC, nem Lula, tampouco Rousseff até agora esclareceram qual o Brasil que têm ou tinham em mente para além de alguns slogans não muito informativos”, aponta Fernando Cardim

POR GRAZIELA WOLFART

A política econômica do governo atual, na visão do professor da UFRJ, Fernando Cardim, é desenvolvimentista, pelo menos “em espírito”. Porém, ele reitera que “a política econômica aplicada ainda é principalmente reativa, defensiva, mais voltada para apagar incêndios”. Segundo ele, “a política desenvolvimentista deveria perseguir a transformação estrutural da economia brasileira, mas é preciso determinar que estrutura se quer atingir, quais são suas grandes linhas”.

Na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, Fernando Cardim destaca que “o essencial da Cepal, de que economias subde-

envolvidas devem ser entendidas a partir do comportamento da demanda agregada, como ensinou Keynes, e de especificidades da estrutura da oferta, permanece o ponto de partida para qualquer corrente desenvolvimentista”.

Fernando Cardim de Carvalho é mestre em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e doutor em Economia pela Rutgers, State University of New Jersey. É consultor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor considera que a política econômica do governo atual é desenvolvimentista?

Fernando Cardim – Em espírito, eu diria que sim. Mas a política econômica aplicada ainda é principalmente reativa, defensiva, mais voltada para apagar incêndios. Uma política desenvolvimentista efetiva requer uma definição clara de objetivos, que não se limitem a coisas como “um país justo” ou algo assim. Sem a definição clara de objetivos não se podem definir instrumentos apropriados para alcançar esses objetivos. A política desenvolvimentista deveria perseguir a transformação estrutural da economia brasileira, mas é preciso determinar que estrutura se quer atingir, quais são suas grandes linhas. Dou um exemplo: nós perseguimos desde o final dos anos 1980, com maior ou menor entusiasmo, mas com uma persistência que só foi arranhada recentemente, a liberalização dos movimentos de capitais internacionais, desmantelando controles de capitais. Por outro lado,

quer-se defender o setor industrial brasileiro. Em grande medida, não são objetivos compatíveis. Qual é a prioridade do governo nessa matéria? Por quê? Há pequenos abalos da liberalização de capitais, que são menores do que o escândalo que o sistema financeiro faz sobre eles e defende-se a indústria através de medidas *ad hoc*. Isso não é estratégia. Nem FHC, nem Lula, tampouco Rousseff até agora esclareceram qual o Brasil que têm ou tinham em mente para além de alguns slogans não muito informativos.

IHU On-Line - Qual o papel da taxa de câmbio e da indústria em relação a se pensar um modelo de desenvolvimento para o Brasil?

Fernando Cardim – É quase impossível imaginar desenvolvimento no Brasil sem uma indústria forte, ampla e diversificada. Países pequenos têm apenas a opção da especialização, porque não têm escala para sustentar um setor industrial competitivo. Não é nosso caso. Não são serviços que nos

permitirão nos desenvolver, criar uma força de trabalho preparada, produtiva e flexível, e uma estrutura econômica minimamente autônoma e sólida. Nesse quadro, a taxa de câmbio é fundamental e é por isso que o dilema entre liberalização da conta de capitais e o apoio ao desenvolvimento industrial pode ser adiado indefinidamente. A liberalização tem levado a uma apreciação cambial suicida. É preciso escolher, mas para isso é preciso saber aonde se quer chegar.

IHU On-Line - Qual a atualidade do debate entre desenvolvimentistas e liberais no Brasil do século XXI?

Fernando Cardim – De uma forma ou de outra o debate entre os que defendem uma ação forte do Estado e os que propõem a preeminência das decisões privadas é o tema central da macroeconomia desde que Keynes inventou a disciplina. Esse debate se manifesta de diversas formas, uma delas sendo o que opõe os desenvolvimentistas aos liberais. Esse debate vai

existir sempre até porque a prova do pudim (ou seja, o que importa é o que vem na colher) mostra que modelos de economia planejada centralmente se transformaram em pesadelos burocráticos (além de serem todos totalitários politicamente), marcadas pela ineficiência e pelo desperdício, e os modelos que mais se aproximam do liberalismo extremo são também pesadelos (muitos dos quais, como o Chile de Pinochet ou a Argentina de Martínez de Hoz¹, também regimes ditatoriais) que acabam sempre em desmoronamento causado por suas próprias insuficiências. Como combinar, e em que grau, e em que forma, a ação estatal com a decisão privada, eis a questão. E esse debate não terminará nunca.

IHU On-Line - Quais os principais pontos que marcam a trajetória do pensamento desenvolvimentista no Brasil e na América Latina?

Fernando Cardim- Há um grande ponto de partida indiscutível, que foi a contribuição da Cepal e de seus economistas, como Raul Prebisch e Celso Furtado, para ficar apenas nos que todo mundo conhece. O essencial da Cepal, de que economias subdesenvolvidas devem ser entendidas a partir do comportamento da demanda agregada, como ensinou Keynes², e de especificidades da estrutura da

oferta, permanece o ponto de partida para qualquer corrente desenvolvimentista. É preciso atualizar suas posições para considerar mudanças na economia internacional, nas economias desenvolvidas e nas próprias economias subdesenvolvidas, especialmente com a diferenciação no que se costumava classificar de “periferia” das chamadas economias emergentes, mas Prebisch e Furtado continuam sendo a inspiração central para o desenvolvimentismo.

IHU On-Line - Que elementos realmente contribuíram para a construção e legitimação da ideologia nacional-desenvolvimentista em nosso país?

Fernando Cardim- Essa é uma questão muito complexa para ser tratada aqui e escapa ao meu campo de competência. A legitimação política e ideológica de propostas de ação envolve muitos elementos. É possível ser desenvolvimentista em sistemas politicamente abertos, como no tempo do presidente Kubitschek³, ou em ditaduras militares, como no tempo do general Geisel⁴. Do mesmo modo, é possível ser extremadamente liberal sob ditaduras militares, como no caso de Pinochet e de Martínez de Oz, ou em regimes politicamente abertos, como na Argentina de Menem⁵ e Cavallo. A resposta adequada a essa questão envolve a consideração de muitas dimensões adicionais à econômica, e isso está além da minha capacidade.

1 José Alfredo Martínez de Hoz (1925): político, economista, advogado e professor universitário argentino. (Nota da IHU On-Line)

2 John Maynard Keynes (1883-1946): economista e financista britânico. Sua Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não-comunistas. De Keynes, publicamos um artigo e uma entrevista na 139ª edição, de 02-05-2005, disponível para download em <http://migre.me/4b8NA> e outra entrevista na 144ª edição, de 06-06-2005, disponível para download em <http://migre.me/4b8NR>. Confira, também, dois artigos na 145ª edição, de 13-06-2005, disponíveis para download em <http://migre.me/4b8Ob> e um artigo nos Cadernos IHU Ideias número 37, de 2005, intitulado As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes, de autoria do Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho, disponível para download em <http://migre.me/4b8Pq>. Leia, também, a edição 276 da Revista IHU On-Line, de 06-10-2008, intitulada A crise financeira internacional. O retorno de Keynes, disponível para download em <http://migre.me/4b8OK>. (Nota da IHU On-Line)

3 Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, A imaginação no poder. JK, 50 anos depois, disponível para download em <http://migre.me/qkeQ>. (Nota da IHU On-Line)

4 Ernesto Geisel (1908-1996): ditador militar e político brasileiro. Foi adido militar no Uruguai, comandante da XI Região Militar em Brasília, chefe do gabinete militar da presidência da República no governo Castelo Branco, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Petrobras (1969-1973). Eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral (1973), indicado pelos militares, tomou posse em 15 de março de 1974, como penúltimo ditador militar depois do golpe de 1964. (Nota da IHU On-Line)

5 Carlos Sauúl Menem (1930): político argentino. Governou o país entre 1989 e 1999, pelo Partido Justicialista (peronista). (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line –Em sua opinião, o desenvolvimentismo latino-americano se aproxima mais do keynesianismo e da economia do desenvolvimento anglo-saxônica, ou com o nacionalismo econômico e o anti-imperialismo?

Fernando Cardim- Como em muitas outras áreas, o “desenvolvimentismo” é um conceito *omnibus*, que engloba posições que podem ser muito diversas. O que eu discuti até aqui é uma versão obviamente apoiada em Keynes. Há várias outras, naturalmente, que se apoiam em pressupostos diversos. O que me parece ter sido a corrente mais influente, mais importante e ainda hoje mais frutífera de reflexão sobre o desenvolvimento econômico é, como disse acima, a da Cepal. Prebisch foi um dos introdutores do keynesianismo na América Latina, e muita gente no Brasil teve seu primeiro contato com teses keynesianas através do estudo da *Formação econômica do Brasil*, de Furtado. Depois vieram críticas principalmente, mas não exclusivamente, de marxistas que propuseram outras possibilidades, que chegaram a ser, como a teoria da dependência, influentes em algum momento. Pessoalmente, essas alternativas me interessam menos, mas essa é naturalmente uma avaliação pessoal.

Leia mais...

>>Fernando Cardim de Carvalho já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line, disponíveis na página eletrônica do IHU (www.ihu.unisinos.br).

- “*Criou-se uma moeda europeia, mas não um estado europeu*”. Entrevista publicada na edição 330, de 24-05-2010, disponível em <http://migre.me/45AqV>
- *As controvérsias da política econômica brasileira*. Entrevista publicada na edição 338, de 09-08-2010, disponível em <http://migre.me/45Aml>
- *Câmbio continua sendo maior desafio do governo brasileiro*. Entrevista publicada na edição 356, de 04-04-2011, disponível em <http://bit.ly/i2n1pu>
- *Crise global: mais do que apenas especulação financeira*. Entrevista publicada na edição 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/oU1vsC>

Um modelo de desenvolvimento baseado no consumo

Segundo análise do economista Amir Khair, o modelo brasileiro de desenvolvimento atualmente se baseia, desde o governo Lula, no estímulo ao consumo na base da pirâmide social

POR GRAZIELA WOLFART

“**N**ão consigo entender o desenvolvimento econômico se não fizer o trajeto que foi feito no governo Lula, que é o estímulo de baixo para cima. Isso significa melhorar a massa salarial, que é o grande termômetro da economia, pois é dessa massa que sai o consumo e a produção. Se temos trabalhadores ganhando pouco ou com índices de desemprego elevados, temos pouca massa salarial e, conseqüentemente, as empresas vão produzir menos, não vão investir, e o país vai para trás”. Essa é a tese defendida pelo economista Amir Khair, em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**. Ele considera que “quando o Brasil começa a estimular a base da pirâmide social fortemente, com

transferência de renda e direcionamento de recursos para atendimento das necessidades básicas da população, ele está indo na direção do desenvolvimento, de uma forma saudável, equilibrada e segura. Acredito que o governo Dilma está aprofundando essas questões e os frutos já estão começando a aparecer e vão aparecer cada vez mais”.

Amir Khair é mestre em Finanças Públicas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-SP. Foi secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992). É consultor na área fiscal, orçamentária e tributária.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De forma geral, como o senhor define o modelo de desenvolvimento brasileiro atual?

Amir Khair – O modelo brasileiro de desenvolvimento atualmente se baseia, desde o governo Lula, no estímulo ao consumo. Nisso, se diferencia do governo Fernando Henrique Cardoso, cujo estímulo se fazia pelo investimento estrangeiro, trazido de fora, através das privatizações, da venda de patrimônio, visando estimular o investimento do exterior, ou seja, algo que vinha de cima para baixo. Já no governo Lula, era de baixo para cima, ou seja, o estímulo era feito na base da pirâmide social, criando consumo, o que antes não tinha. A partir daí, as empresas reagem produzindo e investindo. Esse modelo está sendo ampliado agora pelo governo Dilma, na medida em que procura atacar também a qualidade do crédito. No Brasil, o motor do crescimento do consumo é o crédito. E aqui no país o crédito é

muito caro, é o mais caro do mundo, o que faz com que diminua a propensão dos brasileiros a consumir.

IHU On-Line – Então, o senhor ainda percebe no governo atual a adoção da postura de um desenvolvimentismo baseado em uma política de estímulo à renda na base da pirâmide social? Qual sua visão sobre isso?

Amir Khair – Na realidade, o governo Dilma ampliou as transferências na base da pirâmide social. Uma das questões disso é o aumento do programa Bolsa Família. Mas também temos aqui o Brasil Sem Miséria, que é um programa forte e que tende a ir mais “embaixo” ainda na questão das pessoas que estão desamparadas pelo setor público. Então, o governo Dilma está ampliando as políticas de redistribuição de renda, iniciadas no governo Lula. E agora ela está também atacando a questão das taxas de juros ban-

cários. Quero salientar que faz parte dessa política a questão do salário mínimo, que antes estava acordado pelo governo Lula com as centrais sindicais. Dilma manteve esse acordo, só que transformou isso em lei. Há uma garantia, em lei, de que até 2014 o salário mínimo será corrigido acompanhando o crescimento do Produto Interno Bruto do país.

IHU On-Line – Que cenário o senhor vislumbra para o futuro da economia do país a partir da adoção desta postura?

Amir Khair – Vejo com bastante otimismo a situação do Brasil para a frente. O governo Dilma enfrentou seu primeiro ano com dificuldades e ainda ficou preso ao fantasma da inflação, que é um grande atraso no Brasil. Com isso o governo breiou a economia, o que provocou um crescimento bastante aquém do potencial do país. Foi percebido isso, embora com certo

atraso, por volta de outubro do ano passado. E o governo, agora, resolveu priorizar o crescimento econômico, uma vez que a inflação atualmente seria um fator mais externo do que interno. Como os preços internacionais estão em queda, a inflação brasileira não é preocupante. Então, a prioridade que o governo está tendo agora é estimular, de fato, o crescimento econômico. E parece que essa será a linha a ser seguida pelo governo até o final desta gestão.

IHU On-Line – Que fatores mais influenciam na política desenvolvimentista de um Estado? Qual o papel da balança comercial e das taxas de juros nesse sentido?

Amir Khair – A balança comercial brasileira está positiva, mas pouco positiva em relação à necessidade de equilibrar as contas externas. É necessário que a balança comercial dê superávits bem superiores aos existentes, porque ela tem que pagar toda a conta que é altamente deficitária da balança de serviços. Para pagar este déficit é necessário que a balança comercial – que é a diferença entre as importações e exportações – cresça muito mais do que atualmente. A única maneira possível de fazê-la crescer é intervindo no câmbio. No Brasil, o câmbio está completamente defasado em relação ao que era no passado. Essa é uma das possibilidades que eu vislumbro. Com relação às taxas de juros, destaco essa política que o governo vem adotando em duas frentes: uma é a taxa básica de juros (Selic), fazendo-a retroagir para níveis semelhantes ao que ocorre nos países emergentes (por volta de 5% ao ano); e a outra, agindo em cima

“O sistema capitalista está débil, enfraquecido pela sua própria gênese, ou seja, pelo próprio fato de ele ser não regulado pelo Estado, pelo governo”

das taxas de juros bancários, que agora é a “menina dos olhos” do governo, fazendo essas taxas – que são as mais altas do mundo – retroagirem para níveis mais civilizados.

IHU On-Line – Que leitura pode ser feita da teoria do desenvolvimentismo a partir das transformações do capitalismo em nosso tempo?

Amir Khair – O capitalismo vem sendo considerado e apoiado na sua formulação liberal, mais moderna, que era a de deixar que o mercado resolvesse todos os problemas do sistema capitalista. Ocorre que ficou provado com a crise de 2007 e 2008 que o mercado não se autorregula sozinho.

Pelo contrário, deixando o mercado livre como queria o pensamento liberal, temos o estrago mortal que o sistema financeiro pode causar. O sistema financeiro não foi regulado até agora. E, na medida em que ele não é regulado, pode assumir doses letais para as economias nas quais ele atua. O sistema capitalista está débil, enfraquecido pela sua própria gênese, ou seja, pelo próprio fato de ele ser não regulado pelo Estado, pelo governo. O que vejo hoje como necessário é termos um sistema em que a produção possa ser feita de forma democrática, livre, porém com regulação pelo Estado.

Leia mais...

>> Amir Khair já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Confira:

- *A crise do euro, a reestruturação geopolítica e os países emergentes*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 17-05-2010, disponível em <http://bit.ly/tnKzea>
- *Política econômica preventiva. “A redução da taxa Selic é positiva”*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 03-09-2011, disponível em <http://bit.ly/v67PZF>
- *Aposta no consumo e na liquidez interna como resposta à crise internacional*. Entrevista publicada na revista IHU On-Line número 385, de 19-12-2011, disponível em <http://bit.ly/ss5bo0>

Rio + 20 e a questão da matriz energética brasileira

Data: 16-05-2012

Palestrante: Telma Monteiro - Pesquisadora independente

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Desenvolvimento é crescimento com mudança estrutural

Para David Kupfer, o desenvolvimentismo parte de um diagnóstico de que o subdesenvolvimento é o efeito de uma inserção desfavorável de um país no concerto das nações. Portanto, o subdesenvolvimento só pode ser superado com a mudança da inserção do país na estrutura de poder mundial

POR GRAZIELA WOLFART

“É da essência do pensamento desenvolvimentista recusar a ideia de que o desenvolvimento possa ser simplificado apenas para a noção de crescimento ou crescimento da renda per capita. O pensamento desenvolvimentista sempre se organizou em torno de uma ideia força que é exatamente a noção de que desenvolvimento é crescimento com mudança estrutural”. A análise é do economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, David Kupfer, em entrevista concedida por telefone para a **IHU On-Line**. E ele aponta que a mudança estrutural que será portadora do desenvolvimento no Brasil deverá envolver a “abertura de oportunidades de trabalho para serviços de mais alta qualificação em lugar dos serviços mais precários que estão disponíveis hoje no país”. Na visão de Kupfer, “o neodesenvolvimentismo atu-

aliza as visões nacionais desenvolvimentistas da segunda metade do século passado, particularmente com a colocação de grande ênfase na questão da inovação e do progresso técnico. Essa é a essência do que se poderá chamar de pensamento neodesenvolvimentista”.

David Kupferé mestre e doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Atualmente, é assessor da presidência do BNDES e coordenador do grupo de pesquisa em Indústria e Competitividade – GIC-IE/UFRJ. É autor de inúmeros artigos sobre inovação, competitividade e concorrência na indústria brasileira além de e coautor do livro *Made in Brazil* (Rio de Janeiro: Campus, 1996) e organizador de *Economia Industrial* (Rio de Janeiro, Campus, 2002).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Pensando no modelo de desenvolvimento para o Brasil atual, em que consiste o mecanismo de crescimento da economia brasileira? Quais são seus pilares?

David Kupfer – Essa reflexão e esse entendimento a respeito do padrão de crescimento da economia brasileira é muito relevante. O que temos percebido é que o Brasil conseguiu retomar um padrão de desenvolvimento econômico que é mais semelhante à própria história do crescimento brasileiro, e que tem como polo central o mercado interno. Tivemos um conjunto de transformações bastante positivas nos anos iniciais da década passada (anos 2000), que consistiram exatamente no retorno do mercado interno como polo dinâmico da economia brasileira. No entanto, esse

processo sofreu um impacto muito profundo da crise econômica internacional, que trouxe novas características e novas questões, que nos levam a olhar o futuro com algumas dúvidas sobre determinadas possibilidades que se abrem para a própria economia brasileira. O Brasil, após um ciclo de desenvolvimento muito intenso na década de 1970, entrou em uma fase de estagnação, de baixo crescimento, e também de uma certa imobilidade na estrutura produtiva. Com a melhora das condições gerais de funcionamento da economia após a estabilização monetária no início da década de 1990 e, principalmente, com as políticas de abertura comercial e de liberalização econômica, percebemos um período em que o mercado externo foi o polo dinâmico da economia brasileira. E

como historicamente sempre ocorreu, a economia brasileira, quando depende do setor externo, revela um baixo potencial de crescimento. O início da década de 2000 significou o retorno do mercado interno, inicialmente apoiado no consumo das famílias. E essa dinamização do consumo trouxe um efeito muito positivo, que foi o de disparar um ciclo de investimentos em expansão de capacidade. Então, a situação em 2008, quando irrompeu a crise internacional, era favorável do ponto de vista daquilo que se podia projetar, porque o ciclo de consumo estava com força suficiente para se transmitir a um ciclo de investimentos que poderia garantir a construção da capacidade produtiva compatível com a ampliação do consumo, e assim sucessivamente. O que aconteceu, com

a crise, é que o ciclo de investimentos reverteu e a economia brasileira, desde então, não conseguiu retomar o ímpeto com que vinha evoluindo no início de 2008.

IHU On-Line – Qual a influência da indústria para o desenvolvimento do Brasil, principalmente se considerarmos a recente queda do número de empregos oferecidos pela indústria em nosso país?

David Kupfer – O papel da indústria é fundamental na definição das perspectivas da economia brasileira, que não tem ainda as condições para ser pensada como uma economia pós-industrial. Ela ainda depende da indústria, diretamente, para a geração de saldos comerciais, porque precisamos de um setor de comercializáveis competitivo e capaz de irrigar com divisas a economia brasileira. Precisamos da indústria também para efeito de qualificação do nosso mercado de trabalho, porque ela ainda é o setor que gera os melhores empregos na economia brasileira. E precisamos da indústria por causa do incentivo natural da atividade industrial para a incorporação de progresso técnico, para a inovação e a modernização da economia. Ademais, tenho insistido no fato de que, além de um papel direto no desenvolvimento, a indústria tem também uma missão importantíssima, que é a de gerar demanda para serviços de mais alta qualificação, serviços esses relacionados a atividades de pré e pós-produção. Portanto, forma-se um conjunto de atividades importante para o desenvolvimento do mercado de trabalho no Brasil e que dependem da realização da atividade industrial no país.

IHU On-Line – Que relação pode ser estabelecida entre a chamada desindustrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil?

David Kupfer – De fato, a desindustrialização é uma trajetória completamente indesejada. No entanto, embora possível, não entendo que ela esteja decretada, que ela seja inexorável. Está em curso uma redução da atividade industrial, mas não é tão grande quanto poderia ser em condições de desindustrialização propriamente dita. Na verdade, a indústria brasilei-

“De fato, a desindustrialização é uma trajetória completamente indesejada”

ra tem enfrentado uma piora do seu ambiente geral de funcionamento que vem ocorrendo em vista do acirramento da competição internacional, dos problemas ligados à valorização excessiva do real comparativamente a outras moedas, a chamada “guerra cambial”. Uma característica que evidencia essa capacidade de resistência é exatamente o comportamento positivo do emprego industrial. A queda do emprego industrial em relação ao ano passado, que vem ocorrendo nesses últimos meses, deve-se ao fato de que o início de 2011 foi um período de muito aquecimento do mercado interno em função de expectativas de normalização que existiam à época na economia mundial. E a metade do ano passado foi um período preocupante diante das possibilidades de uma crise europeia aberta e também em função de medidas de contenção da demanda que foram tomadas pelas autoridades econômicas do país. Isso provocou uma reversão de expectativas muito grande e as comparações que se fazem entre o início de 2012 e o início de 2011 trazem esse efeito-base a ser considerado na avaliação dos dados.

IHU On-Line – Qual a importância do ajuste fiscal ao se pensar em um modelo de desenvolvimento para o Brasil?

David Kupfer – Essa questão tem que ser colocada em perspectiva. O Brasil convive com diferentes intensidades de ajustamento fiscal há muito tempo. Fazemos esforço fiscal pelo menos há 25 anos. E tanto tempo de esforço fiscal causou determinadas acomodações estruturais na economia brasileira. No entanto, a novidade está no fato de que, independentemente de se verificar a necessidade de

um ajuste fiscal mais ou menos intenso, a redução dos juros terá um impacto fiscal bastante favorável, na medida em que significa uma importante diminuição do gasto público com encargos financeiros. Imagino que isso poderá abrir um espaço fiscal importante e poderá ser canalizado para ampliar a taxa de investimento, particularmente do investimento público, na economia. Essa é uma possibilidade que nos tira um pouco desse dilema “gastar ou não gastar”, “ter ou não ter esforço fiscal”.

IHU On-Line – Que relação pode ser estabelecida entre crescimento econômico e desenvolvimento?

David Kupfer – Essa é uma questão conceitual fundamental inclusive no próprio debate sobre o desenvolvimento. É da essência do pensamento desenvolvimentista recusar a ideia de que o desenvolvimento possa ser simplificado apenas para a noção de crescimento da renda total ou da renda per capita. O pensamento desenvolvimentista sempre se organizou em torno de uma ideia força que é exatamente a noção de que desenvolvimento é crescimento com mudança estrutural. Mesmo que ao longo dos anos a direção da mudança estrutural venha ganhando novos contornos, ela é a essência do processo de desenvolvimento. No passado, imaginava-se um processo de crescimento com o aumento do peso da atividade industrial e, dentro dela, uma expansão dos segmentos mais capazes de incorporar o progresso técnico. Daí a grande ênfase que os desenvolvimentistas conferiram à construção de um setor de bens de capital no processo de industrialização. Não se tratava exclusivamente de ampliar a produção industrial, mas sim de fazer isso com crescente peso de atividades relacionadas a setores de bens de capital, que são os introdutores do progresso técnico na economia, que aumentam o valor gerado pela produção, a renda e a riqueza geral da população. Mais recentemente, as ideias associadas à mudança estrutural têm incorporado outras condições, como, por exemplo, a questão dos intangíveis, do conhecimento e também da sustentabilidade e da eficiência, mas a linha geral continua diferenciando de forma importante a noção do crescimento econômico, que

é a mera expansão do produto interno bruto, total ou per capita, da noção de desenvolvimento, que exige a mudança estrutural, que é exatamente o que retira a economia da sua condição de subdesenvolvimento.

IHU On-Line – Pensando em mudança estrutural na economia brasileira, o que seria fundamental?

David Kupfer – Pensando do ponto de vista da produção, o que é fundamental contemplar no processo de mudança estrutural desejável para a economia brasileira tem a ver com a questão da qualificação do setor de serviços no Brasil. A mudança estrutural que percebo como portadora do desenvolvimento no Brasil deverá envolver a abertura de oportunidades de trabalho em serviços de mais alta qualificação em lugar dos serviços mais precários que estão disponíveis hoje no país. A economia brasileira hoje tem praticamente 70% do seu PIB produzido no setor de serviços. No entanto, mais da metade disso está ligado ao comércio, a serviços pessoais, a atividades não mercantis. Precisamos aumentar o peso dos serviços produtivos, prestados às empresas, de maior valor adicionado, para qualificar o mercado de trabalho no país. De fato, o papel da indústria nessa transformação é importante, na medida em que a produção industrial abre espaço para a criação desses novos empregos. Evidentemente, o processo de mudança estrutural é sempre intensivo em tempo, não pode ser feito da noite para o dia, por meio de políticas de efeito imediato. É uma transformação que tem que ser promovida em um horizonte de 10 a 15 anos, pelo menos. Mas existem oportunidades que já apontam nessa direção e que precisam ser aceleradas, fortalecidas, para que esse processo ganhe mais velocidade.

IHU On-Line – O senhor percebe diferenças entre o chamado “neodesenvolvimentismo” e a ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 1950?

David Kupfer – O neodesenvolvimentismo atualiza as visões nacionais desenvolvimentistas da segunda metade do século passado, particularmente com a colocação de grande

ênfase, de um lado, na questão da inovação e do progresso técnico e, de outro, na questão da equidade e da distribuição de renda. Essa é a essência do que se poderá chamar de pensamento neodesenvolvimentista, que encontramos, por exemplo, na escola de pensamento da Cepal, a partir do final da década de 1980 para cá. Aqui no Brasil, abriu-se margem ao surgimento de outra escola, outra corrente de pensamento, que é chamada de “novo desenvolvimentismo”, que busca uma síntese entre o nacional desenvolvimentismo tradicional e determinados preceitos de gestão macroeconômica, particularmente no que diz respeito à condução das políticas fiscal, monetária e cambial. De fato, o novo desenvolvimentismo seria não uma revisão modernizante do pensamento nacional desenvolvimentista, mas uma visão alternativa, que atribuiria à gestão macroeconômica um papel radicalmente diferente do que o usual no pensamento desenvolvimentista. São os que defendem alguma rigidez fiscal na condução da economia, considerando que uma gestão mais apertada do gasto público tem uma dimensão importante na criação das condições de sustentação do processo de desenvolvimentismo.

IHU On-Line – Como o senhor caracteriza a relação entre a esquerda e o desenvolvimentismo na trajetória histórica do Brasil?

David Kupfer – O desenvolvimentismo não cabe em uma dicotomia “direita e esquerda”. O desenvolvimentismo prático, aquele pragmaticamente colocado em marcha no Brasil, foi operado por uma ditadura militar, que ninguém imagina que seja de esquerda. Era uma ditadura absolutamente conservadora, mas que usufruiu do pensamento desenvolvimentista para criar uma máquina de crescimento que, durante alguns anos, foi muito potente no Brasil. A ideia do desenvolvimentismo está muito mais ligada a um diagnóstico das causas do subdesenvolvimento do que propriamente a visões ideológicas do que é o processo do desenvolvimento. O desenvolvimentismo está fundamentalmente apoiado no diagnóstico de que o desenvolvimento é uma questão nacional, que se resolve pela mudan-

ça de inserção da economia no eixo de poder mundial. Para o pensamento desenvolvimentista, o desenvolvimentismo não é o resultado de um processo sequencial, etapista, de acumulação de recursos produtivos simplesmente, como se fosse um processo evolutivo natural (as economias vão crescendo e vão se ajustando a essas novas situações e respondendo com mais crescimento). Não é, portanto, algo reflexo, conduzido pela economia internacional. O desenvolvimentismo parte de um diagnóstico de que o subdesenvolvimento é o efeito de uma inserção desfavorável daquele país no concerto das nações e, portanto, só pode ser superado com uma dimensão de poder, com a mudança da inserção do país na estrutura de poder mundial. Essa é a essência do pensamento desenvolvimentista e daí a ideia do nacional desenvolvimentismo: a afirmação da nação como o caminho para a acumulação das forças produtivas e não o contrário. Isso pode ser apropriado tanto pela direita quanto pela esquerda. Daí justifica-se a visão de que o desenvolvimentismo ou nacional desenvolvimentismo não cabe na dicotomia “esquerda e direita”.

Leia mais...

>>David Kupfer já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Acesse na página eletrônica do IHU (www.ihu.unisinos.br).

- *A necessidade de uma outra política macroeconômica*. Entrevista publicada na edição 356, de 04-04-2011, disponível em <http://bit.ly/ih10SL>
- *Desatar o nó cambial. Eis o desafio econômico brasileiro*. Entrevista publicada nas Notícias do Dia em 21-12-2010, disponível em <http://migre.me/49G3K>
- *A política cambial e o crescimento econômico*. Entrevista publicada na edição 306, de 31-08-2009, disponível em <http://migre.me/49FYn>
- *Pré-sal: uma nova perspectiva para o desenvolvimento econômico brasileiro*. Entrevista publicada nas Notícias do Dia em 16-09-2008, disponível em <http://migre.me/49G1N>

Tema
de
Capa

**Destques
da Semana**

IHU em
Revista

Livro da Semana

HARVEY, David. ZIZEK, Slavoj. ALI, Tariq et ali. *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas* (São Paulo: Boitempo, 2012)

A política contemporânea tende a ir para os extremos

Primeiro passo para a reconstrução do campo político, o movimento Occupy revigora a ação contestatória. De acordo com Vladimir Safatle, há um deslocamento do debate político para o campo da cultura

POR MÁRCIA JUNGES

Mobilizações realizadas sobretudo por jovens, de forma inovadora e crítica às estruturas tradicionais da política. Assim podem ser caracterizados os movimentos de protesto que ocorreram em 2011 nos mais diversos países do mundo. E isso altera radicalmente a forma de se fazer política. Na opinião do filósofo Vladimir Safatle, a política contemporânea “tende a ir para os extremos. Não é mais uma política que se define no centro, como foi nos anos 1990 e na primeira década do século XXI. Isso acabou”. E completa: “Penso que o Occupy é um primeiro passo para a reconstrução do campo político. Tendemos a eliminar uma compreensão processual dessas coisas. Como nada aconteceu no sentido forte do termo a partir desses movimentos, tem-se a impressão de que, na verdade, não foram efetivos. Essa é uma maneira tosca de se compreender processos políticos. Muita coisa ocorreu em função do Occupy, como a consciência de que há um caminho diferente que pode ser trilhado”. Em seu ponto de vista, o medo é a forma como o capitalismo conduz a sociedade, e em função disso vem ocorrendo um deslocamento da discussão política para o campo da cultura. É o caso da questão da imigração

na Europa: “As discussões sobre imigração, por exemplo, não são discussões econômicas. Todos sabem que, do ponto de vista econômico, a imigração nunca foi problema. Quem quebrou o sistema econômico europeu não foram os imigrantes, foram os bancos”. A entrevista, realizada por telefone com a **IHU On-Line**, foi inspirada na recente publicação da coletânea *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas* (São Paulo: Boitempo, 2012), da qual Safatle participa com a redação de um artigo.

Graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP e em Comunicação Social, pela Escola Superior de Propaganda e Marketing, Vladimir Safatle é mestre em Filosofia pela USP, e doutor em *Lieux et transformations de la philosophie* pela Université de Paris VIII, com a tese *La passion du négatif: modes de subjectivation et dialectique dans la clinique lacanienne*. Professor da USP, atualmente desenvolve pesquisas nas áreas de epistemologia da psicanálise, desdobramentos da tradição dialética hegeliana na filosofia do século XX e filosofia da música. É um dos coordenadores da International Society of Psychoanalysis and Philosophy.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Há um traço que une as mobilizações e protestos sociais no mundo a fora em 2011?

Vladimir Safatle – Existem vários traços. O primeiro deles é que são mobilizações que não são organizadas a partir de estruturas tradicionais da política, como partidos e sindicatos. São

mobilizações feitas sobretudo por jovens, que se organizam de forma totalmente inovadora. Esse é um dado importante porque expõe um certo desconforto com a estrutura institucional de partidos e outras instituições representativas. Há um dado bastante positivo que é a procura de construir novos campos de organiza-

ção política, com outra dinâmica e outros tipos de estratégia. Em segundo lugar, aponto a crítica à democracia parlamentar. Os manifestantes percebem um déficit muito importante de democracia no interior da estrutura parlamentar. Talvez no caso da Primavera Árabe isso não seja posto dessa forma, porque não há se-

quer democracia parlamentar naqueles países. Mas o que houve nesses movimentos em Nova Iorque, Santiago e Europa é um indicativo do desconforto com esse tipo de limitação, que ficou muito evidente depois da crise econômica. Isso porque ficou clara a dependência do sistema da democracia parlamentar das injunções do sistema financeiro. Trata-se da incapacidade que a democracia parlamentar tem de dar conta de uma política mais combativa contra os interesses do sistema financeiro.

As eleições que aconteceram na Grécia devem ser lidas com essa concepção. O que aconteceu foi que os partidos orgânicos da democracia parlamentar grega foram profundamente sancionados em prol de outras agremiações partidárias que, entre outras coisas, seja à direita ou à esquerda, questionam os limites da estrutura institucional da democracia.

IHU On-Line – Os indignados reivindicam um novo modelo político e tiveram forte atuação na Grécia em função da crise. Entretanto, como compreender o resultado das últimas eleições, em que partidos tradicionais perderam espaço para partidos extremistas como os neonazistas? O que isso significa?

Vladimir Safatle – Penso que a política contemporânea tende a ir para os extremos. Não é mais uma política que se define no centro, como foi nos anos 1990 e na primeira década do século XXI. Isso acabou. Daqui para frente teremos um embate cada vez mais forte entre os extremos. Veja a eleição na França. De certa maneira, isso aconteceu lá. Na França havia dois extremos: a direita e a extrema esquerda. Ambos pautaram o debate no sentido muito evidente. O partido de direita de Sarkozy organizou seu debate a partir das questões postas pela extrema direita, mas não tinha uma proposta no sentido forte do termo, não havia uma pauta estabelecida. A pauta vinha da extrema direita. Já o Partido Socialista teve que correr atrás das mobilizações populares que foram levantadas pela extrema esquerda. Assim, quem fez política nas últimas eleições francesas foram os extremos. Isso, na Grécia, ocorreu de maneira um pouco diferente. Os partidos tradicionais não tiveram a força de conseguir equacionar as demandas que vêm dos extremos, e por isso foram pra-

ticamente “limados” do centro político. Os dois juntos (Pasok e Nova Democracia) perfizeram 32%, enquanto o restante era todo de extrema direita ou extrema esquerda. Mas essa será a política daqui para frente, pelo menos na Europa. Talvez esse não seja o caso da América Latina, porque o sistema político latino-americano está em outro momento.

IHU On-Line – Acredita que o Occupy nos diferentes países demonstra uma revitalização da política ou trata-se de uma espécie de niilismo ativo, de contestação sem propostas efetivas?

Vladimir Safatle – Penso que o Occupy é um primeiro passo para a reconstrução do campo político. Tentemos a eliminar uma compreensão processual dessas coisas. Como nada aconteceu no sentido forte do termo a partir desses movimentos, tem-se a impressão de que, na verdade, não foram efetivos. Essa é uma maneira tosca de se compreender processos políticos. Muita coisa ocorreu em função do Occupy, como a consciência de que há um caminho diferente que pode ser trilhado. Fala-se muito da ausência de propostas desses movimentos, mas isso é completamente falso. Há propostas muito concretas e efetivas, como em Santiago do Chile, onde a proposta era claríssima: educação pública de qualidade para todos. Não consigo imaginar proposta mais concreta do que essa. Em Tel Aviv cerca de 400 mil pessoas foram às ruas reivindicar a reconstrução do estado de bem-estar social, diminuição dos aluguéis e fim da especulação imobiliária.

Acredito que a discussão sobre a efetividade desses movimentos vem de outro campo. As pessoas que hoje estão na imprensa têm, aproximadamente, de 30 a 40 anos de idade. São pessoas que, quando jovens, lá pelos 20 anos, idade da maioria dos manifestantes do Occupy, ouviram um discurso hegemônico sobre o fim das ideologias, das grandes mobilizações. Tínhamos que aprender a ser eficazes e a utilizar nossa criatividade e inventividade não para o campo da política, mas preferencialmente para um departamento de marketing ou uma agência de publicidade. Então, trata-se de uma geração que se inseriu muito rapidamente nos processos de reprodução material da vida no capitalismo avançado. Isso tudo sem muito

questionamento. A minha geração foi aquela que menos questionou. A preocupação era muito mais “comer sushi” do que discutir política. Então, para essa geração é muito importante que nada ocorra. Porque se a geração posterior disser que aquilo em que acreditamos era falso (quando na verdade ainda havia muito espaço para a política e a transformação), é a mesma coisa que se perguntassem “o que fizemos de nossas vidas?” e “por que acreditaram nesses absurdos?”. Daí vem uma espécie de resistência muito mais psicológica do que da análise concreta dos fatos.

IHU On-Line – Tomando em consideração essa conjuntura, pensa que o ano de 2011 foi bom para a esquerda? Por quê?

Vladimir Safatle – Penso que sim, porque depois de décadas passamos a ver um processo global de larga mobilização popular, coisa que não existia desde os anos 1970. Esse tipo de mobilização global é algo que não acontecia mais. Isso demonstra um descontentamento social profundo com as promessas do capitalismo avançado. Esse descontentamento é a característica fundamental da política de esquerda. Crescemos em cima disso, do desencanto em relação às promessas de progresso que circulam hoje em dia.

IHU On-Line – Em que medida essa indignação pode se converter em revolução?

Vladimir Safatle – É difícil de prever o que vai acontecer daqui para frente. Várias coisas podem acontecer, e inclusive nada durante muito tempo. Entretanto, isso não significa que o que ocorreu não teve importância. Trata-se de uma possibilidade que foi colocada sobre a mesa. E o principal dessa possibilidade foi a insistência dos jovens em querer discutir. Isso é o que é mais bloqueado atualmente. Discutir, de maneira concreta, significa pensar sem pressupostos. Significa afirmar que, nessas situações, podemos questionar os pressupostos implícitos e tacitamente aceitos na constituição de todos os debates políticos. Essa é a primeira posição para que as possibilidades se alarguem. Como dizia Heidegger¹ na *Carta ao humanismo*, essa

1 Martin Heidegger (1889-1976): filósofo

distinção entre pensamento e ação é um equívoco, pois o pensamento age enquanto pensa. Ele age porque abre o espectro do possível. E é isso que os jovens estão tentando fazer. Essa é a ação política por excelência.

IHU On-Line – Salvar bancos e arrochar a população vem se tornando uma constante no capitalismo. Pensando na crise de 2008, acredita que esse sistema está à beira de um colapso?

Vladimir Safatle – É impossível falar qualquer coisa sensata a esse respeito, tanto de um lado como do outro. Eu diria que o certo é que a crença da população de que o sistema capitalista pode dar aos seus filhos uma vida melhor do que eles têm é uma crença cada vez menor. Algo muito grave está ocorrendo. Talvez não seja o caso do Brasil e alguns países da América Latina. Mas nos EUA e na Europa, pesquisas mostram resultados claros: existe um descontentamento e um desencanto muito grandes com a forma de vida que se organizou no interior das sociedades capitalistas avançadas. Daí porque a única maneira de se defender essa forma de vida não é através das promessas de benesses econômicas e sociais que pode produzir, mas pelo medo. Pelo medo de que os valores que organizam nossa forma de

alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, a IHU On-Line publicou na edição 139, de 2-05-2005, o artigo *O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo*, disponível para download em <http://migre.me/uNtf>. Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível para download em <http://migre.me/uNtv>, e 187, de 3-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtC>. Confira, ainda, o nº 12 do *Cadernos IHU Em Formação* intitulado *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtL>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://migre.me/FC8R>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*, parte integrante do *Ciclo de Estudos Filosofias da diferença* - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da IHU On-Line)

vida serão destruídos, assim como nossa religião e cultura. Temos, assim, um processo de um paulatino deslocamento da discussão política para a cultura. É o que ocorre na Europa hoje. As discussões sobre imigração, por exemplo, não são discussões econômicas. Todos sabem que, do ponto de vista econômico, a imigração nunca foi problema. Quem quebrou o sistema econômico europeu não foram os imigrantes, foram os bancos. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Os imigrantes pobres que estavam trabalhando na Europa não quebraram a economia europeia, explorados que eram. O fato é que essa discussão não é econômica, mas cultural.

IHU On-Line – Que transformações políticas e democráticas podem surgir a partir das manifestações e propostas dos indignados? Já é possível vislumbrar alguma mudança no cenário político e econômico?

Vladimir Safatle – Penso que a mudança já ocorreu. É sobre o que conversamos no início da entrevista. Trata-se do deslocamento da política para os extremos. Na Grécia uma frente trotskista de partidos ganhou 17% dos votos. Eu não consigo me lembrar de nada semelhante. Nunca vi situação parecida na história. É algo completamente inusitado numa área de países do Euro.

IHU On-Line – Quais são os reflexos do Occupy no Brasil? Qual é a peculiaridade das manifestações em nosso país?

Vladimir Safatle – É um movimento importante porque tenta reabrir discussões políticas, sobretudo no que diz respeito à juventude. Por outro lado, penso que a situação brasileira é um tanto particular, uma vez que ainda estamos num momento de ascensão social de grande parte da população. Insisto, por isso, que a verdadeira discussão política seria mostrar quais são os limites dessa ascensão. E digo que os limites dessa ascensão vêm do modelo imposto ao Brasil nos últimos dez anos. O modelo do lulismo, por um lado, conseguiu criar uma dinâmica econômica importante para uma nova classe média, e, por outro, em função de ser caracterizado pelo consenso político, é um modelo que tem limitações processuais de reforma muito evidentes. Isso vai ser sentido

de maneira clara da seguinte maneira. Vamos analisar uma família que ganhe algo como R\$3.500,00 por mês e que tenha dois ou três filhos. Essa família irá tirar imediatamente o filho da escola pública e colocá-lo numa escola privada, o que custará de R\$800 a R\$900, no mínimo. Em segundo lugar, irá fazer plano de saúde particular, abandonando o SUS. O valor desse serviço vai de R\$400 a R\$500. Assim, vai gastar quase um terço de seus rendimentos em educação privada deteriorada e em plano de saúde mafioso. A família perde um terço de seus rendimentos com serviços da pior qualidade. Chegará, contudo, um momento em que as pessoas irão se perguntar por que o Estado não lhes garante esses serviços de qualidade. O Estado não garante porque não consegue pagar, e não consegue pagar porque, entre outras coisas, é preciso um “reacerto” social no qual seria feita uma reforma tributária, taxando os mais ricos para pagar a educação dos mais pobres. Mas nosso governo não tem condições sequer de discutir imposto sobre herança, grandes fortunas e transação bancária. Então, essa consolidação de um vasto sistema de educação pública e saúde é dificultada, e não será feita dentro desse modelo. Quando as pessoas tiverem consciência disso, uma política de esquerda poderá ser ouvida. Eu insistiria que não se trata de uma crítica generalizada à experiência dos últimos dez anos. Trata-se de dizer que ela teve sua função, mas não consegue avançar além do que ela já fez.

Leia mais...

>>Vladimir Safatle já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Confira:

- *Totalitarismos: uma reflexão político-social e libidinal*. Revista **IHU On-Line**, número 265, de 21-07-2008, disponível em <http://migre.me/Etg2>
- *Racionalidade cínica, raiz da anomia social*. Revista **IHU On-Line**, número 282, de 17-11-2008, disponível em <http://migre.me/Etjl>
- *O “bem” está mal acompanhado*. Revista **IHU On-Line**, número 329, de 17-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ILW4b2>
- *A verdadeira face do Supremo Tribunal Federal*. Entrevista especial com Vladimir Safatle. **Notícias do Dia** 05-04-2011, disponível em <http://bit.ly/K5JXa6>

Destques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela *IHU On-Line* e disponíveis nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 8-5-2012 a 11-5-2012

PEC 438: “O Brasil tem que romper de vez com sua cultura escravocrata”

Entrevista especial com Pedro Abramovay, advogado

Confira nas Notícias do Dia de 08-05-2012

Acesse no link <http://migre.me/92vNw>

Abramovay esclarece que o perfil dos trabalhadores escravos é variado e atinge homens, mulheres e crianças. Embora os casos estejam historicamente associados ao setor rural, é crescente o número de acusações de trabalho escravo no setor têxtil. “Trata-se de um setor dinâmico, criativo, ligado à inovação típica do século XXI, mas que tem uma parte considerável de sua cadeia produtiva ancorada em oficinas de costura que se utilizam largamente da mão de obra escrava”, diz.

O esverdeamento da economia: discussão em pauta na Rio+20

Entrevista especial com Fabio Scarano, engenheiro florestal

Confira nas Notícias do Dia de 09-05-2012

Acesse no link <http://migre.me/92vSU>

“O ‘esverdeamento’ da economia é um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável e pode vir a erradicar a pobreza sem degradar ainda mais os recursos naturais do planeta”. Com essa visão otimista Fabio Scarano tem a expectativa de que o governo brasileiro “perceba a

oportunidade histórica de o Brasil assumir a liderança” em relação às questões ambientais postas em pauta na Rio+20, que acontece no próximo mês no Rio de Janeiro.

Plano de manejo invade reserva extrativista

Entrevista especial com Osmarino Amâncio, seringueiro

Confira nas Notícias do Dia de 10-05-2012

Acesse no link <http://migre.me/92w21>

“Nós, que sempre trabalhamos preservando a floresta, estamos sendo criminalizados; somos vítimas de uma política de extermínio”, denuncia.

Código Florestal e os interesses dos especuladores do agribusines

Entrevista especial com Francisco Milanez, ambientalista

Confira nas Notícias do Dia de 11-05-2012

Acesse no link <http://migre.me/92wdn>

“Quem está promovendo a alteração do Código Florestal são os especuladores rurais do agribusines, que desobedeceram a Lei e praticaram crimes ambientais de todos os tipos, em particular, o desmatamento”, afirma.

Oficina sobre os dados censitários da amostra da Região do Vale do Sinos - Censo 2010

Data: 16-05-2012

Ministrante: Prof. Ademir Barbosa Koucher - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Horário: 14h às 17h

Local: Sala 3C204E



O novo consenso da direita financeira

POR BRUNO LIMA ROCHA¹

Em setembro de 2008 o mundo informado assistia catatônico ao fenômeno que, nas ruas de Madri, ganhara a alcunha de “farsa com nome de crise”. Então, ao longo dos doze meses anteriores, o que era mais um produto de “risco” dos agentes do cassino financeiro, se transformara na “mãe de todas as bolhas”. A idéia parafraseava a consigna e bravata de Saddam Hussein, quando disse ao ex-presidente George H.W. Bush e, uma dúzia de anos depois, repetira-a para seu filho, afirmando ter o poder de enfrentar a “mãe de todas as batalhas”. Existe uma semelhança nos dois momentos históricos recentes. Na política externa, Bush Jr. e seu gabinete de falcões vinculados a indústria do petróleo (como Dick Cheney e Condoleezza Rice), ampliara o conceito de Guerra contra o Terror. Com a ofensiva militar em escala global, veio o período máximo da “exuberância irracional” dos apostadores financeiros. Deu no que deu e nesta senda Barack Obama ganhou as eleições de novembro de 2008.

Trata-se de dois consensos forjados na base do consentimento e através da forja de meias verdades. O primeiro e

já deveras estudado foi o golpe midiático de Bush Jr. Manipulando o pânico dos EUA pós-11 de setembro, conseguiu a autorização para a guerra atropelando ritos parlamentares (*fast track*), aprovando o *Patriot Act* (Ato Patriótico) e criando o Ministério do Interior (DHS, *Department of Homeland Security*). A lista dos absurdos rendeu pérolas do cinema, como *Fahrenheit 9/11* (Michael Moore, 2004, EUA) e um livro já clássico em português, *A Desintegração Americana* (Record, 2006), do Nobel de Economia Paul Krugman, sendo ele próprio colunista do *New York Times* e um quase arrependido da globalização a todo custo. Após oito anos de Bush Jr. o Império estava com uma em cada três brigadas operando no exterior, uma crise sem precedentes e os reflexos agudos da infra-estrutura produtiva parasitária baseada em capital fictício.

Esta conta seria paga com a “mãe de todas as bolhas”. Para sair desta encruzilhada, os EUA foram beber em sua democracia multirracial (*melting pot*), parindo a versão de um Kennedy afro-descendente. Barack Hussein Obama fez campanha sentimental, organizou

¹ Bruno Lima Rocha é professor de comunicação social da Unisinos e pesquisador do Grupo de Pesquisa Cepos; doutor e mestre em ciência política pela UFRGS e jornalista graduado na UFRJ. É vogal da diretoria da Ulepicc-Brasil; e no Cepos dentre outras responsabilidades, coordena o Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Globalização Transnacional e da Cultura do Capitalismo (NIEG). E-mail: blimarocha@gmail.com

uma transição e os primeiros seis meses de governos baseados na cartilha pós-New Deal (2nd Bill of Rights, 2ª Carta de Direitos, de Franklin Delano Roosevelt, jamais executada) e pouco a pouco foi contemporizando com os agiotas e apostadores do cassino financeiro. Tal pacto é exemplarmente demonstrado no filme Trabalho Interno (*Inside Job*, de Charles Ferguson, 2010, EUA), dando carne ao conceito de teoria das portas giratórias, provando como grandes tubarões de Wall Street continuaram ocupando postos-chave. Um exemplo é a presença em seu governo do professor de economia de Harvard, Larry Summers, homem forte da desregulação promovida por Ronald Reagan. Pouco a pouco os níveis de lucro dos grandes operadores financeiros foram sendo retomados, sendo que a conta grande fora paga na rolagem da astronômica dívida interna do Império, e na bola de neve contaminante das instituições bancárias européias.

Quatro anos depois, o consenso da direita financeira é forjado no outro lado do Atlântico. Liderados por *The Economist*, replicado por dezenas de meios massivos e plataformas multimídia (como Bloomberg, CNN e o Grupo Prisa

espanhol), a versão válida, a idéia pensável como nos explica Noam Chomsky é remodelada. No último trimestre de 2008 parecia que a face mais crua do capitalismo estaria exposta. Não, pois através dos acordos entre mídia, operadores financeiros e tomadores de decisão, a conta veio sendo paga pelo modelo mais sano dentro deste marco civilizatório de lucro e diferenciação social. O Estado de Bem Estar Social (ou o que dele restara) passa a ser o alvo. O argumento é simples. A conta dos direitos e garantias sociais para uma população que produz pouco e ganha relativamente bem, não fecha. A Europa não é competitiva diante dos BRICs (Brasil, Rússia, China e Índia) é preciso um pacto supranacional, traçado pelo triunvirato da Comissão Econômica Européia, o Banco Central Europeu e o FMI, imposto ao Parlamento Europeu em Bruxelas.

Um bom exemplo está na França. Em 06 de maio deste corrente ano o “socialista” François Hollande vence na urna ao presidente Nicolas Sarkozy, da centro-direita UMP, pós-gaullista. Antes de Hollande se oficializar como candidato do PS francês, o então favorito era o ex-diretor geral do FMI Dominique Strauss Kahn (DSK).

Ou seja, se o presidente eleito francês sucede o controverso DSK, perigo sistêmico algum estava à vista. Certo? Não para a revista *The Economist*, que fizera um alardeio, considerando um “risco” o fato de que o novo chefe do Poder Executivo da segunda economia da Zona Euro (França, atrás apenas da líder Alemanha) seria mais suscetível as pressões “populistas” vindas das ruas e dos sindicatos. A eleição francesa e a pulverização do parlamentarismo grego (cujo pleito também foi na mesma data) representavam, segundo a narrativa da revista, respectivamente, a quebra da “austeridade” vigiada por Angela Merkel (chanceler alemã) e a ingovernabilidade na periferia da Comunidade Européia.

Pura inversão dos fatos e responsabilidades. Após quatro anos, a “farsa com nome de crise” teria como causa alegada a elevação dos gastos públicos e o endividamento. O problema é que estes crescem na medida da destinação estatal dos recursos coletivos para salvar bancos e fundos de risco. Para quem vive de salário, a “austeridade” pública implica ganhar menos, tardar a aposentadoria e viver sem perspectiva. Eis o novo consenso da direita financeira e seus ideólogos midiáticos.



Tema
de
Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

Agenda da Semana

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU
programados para a semana de 14-05-2012 a 21-05-2012

Data: 14-05-2012

Evento: Ciclo de Filmes e Debates: A crise do capitalismo no cinema

Exibição prévia do filme que será debatido no dia 15

O filme será exibido, igualmente, após o debate, no dia 22-05-12, das 12h às 14h

Filme: Margin Call – O Dia Antes do Fim (EUA, 2011, 107 minutos, direção: J. C. Chandor)

Horário: 12h às 14h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/8WPPwq>

Data: 15-05-2012

Evento: Ciclo de Filmes e Debates: A crise do capitalismo no cinema

Filme: Margin Call – O Dia Antes do Fim (EUA, 2011, 107 minutos, direção: J. C. Chandor)

Debatedores: Prof. Dr. Fernando Lara – Unisinos e Prof. MS. Gilberto A. Faggion – Unisinos

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/92uBg>

Data: 16-05-2012

Evento: Ciclo de Palestras Rio+20: desafios e perspectivas

Palestra: Rio+20 e a questão da matriz energética brasileira

Palestrante: Telma Monteiro – Pesquisadora independente

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/92uKl>

Data: 16-05-2012

Evento: Oficina sobre os dados censitários da amostra da Região do Vale do Sinos – Censo 2010 – ObservaSinos

Ministrante: Prof. Ademir Barbosa Koucher – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Horário: 14h às 17h

Local: Sala 3C204E

Mais informações: <http://migre.me/92uQh>

Data: 17-05-2012

Evento: Ciclo de Palestras: Filosofias da Intersubjetividade

Palestra: A desconstrução de Derrida como um pensamento da alteridade

Palestrante: Prof. Dr. Rafael Haddock-Lobo – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/92uXp>

Data: 17-05-2012

Evento: IHU ideias

Palestra: A questão dos animais: limites conceituais de uma abordagem antropocêntrica

Palestrante: Prof. Dr. Rafael Haddock-Lobo – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/92v6C>

Data: 19-05-2012

Evento: Ciclo de Filmes e Debates: Sociedade Sustentável no Cinema – IHU

Exibição do filme: Oceanos (Oceans) – Direção: Jacques Perrin e Jacques Cluzaud, França/Suíça/Espanha, 2009, 104 minutos

Debatedor: Prof. MS Gilberto A. Faggion – Unisinos

Horário: 8h30min às 11h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/92vhY>

Data: 21-05-2012

Evento: Ciclo de Filmes e Debates: A crise do capitalismo no cinema

Filme: Reprise do filme Inside Job – Trabalho Interno (EUA, 2010, 120 minutos, direção: Charles Ferguson)

Horário: 12h às 14h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://migre.me/92vuK>

Sobre o filme leia a entrevista “Inside Job – Trabalho Interno e a visão plural do capitalismo mundial”, disponível em <http://bit.ly/IH8KEX>

Entrevista de Eventos

Belo Monte: “um conto de fada”
disfarçado

Os feudos eram dados pelo rei aos amigos conforme os interesses vigentes; hoje os nossos “reis” dão feudos às grandes empresas, compara Telma Monteiro

POR THAMIRIS MAGALHÃES

Ao comparar Belo Monte à Idade Média, Telma Monteiro explica que a Altamira de hoje, acuada pelas obras de Belo Monte, sofre a falta de estrutura de forma muito mais intensa do que antes de se pensar no projeto. “Prometer saneamento básico, água de qualidade, hospitais e escolas, infraestrutura urbana, são formas de se obter o poder. É o mesmo poder da Idade Média, em que os senhores feudais tinham as terras e exploravam os camponeses. Belo Monte é, aos olhos da população de Altamira e região, uma forma de rompimento com um período atrasado de ausência do Estado para uma nova era classificada de moderna, onde energia significa progresso”, disse na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. Segundo a pesquisadora, as invasões, expansão desordenada e a conquista, características da

Idade Média, são hoje realidades na região de Belo Monte. “Quem não viu ou não leu como os aluguéis ficaram mais caros em Altamira? A infraestrutura viária não comporta o aumento dos automóveis e motos, faltam leitos no hospital para dar conta dos acidentados. E o esgoto? E o lixo? O atraso institucionalizado em nome do crescimento e do poder dos senhores ‘feudais’ da energia.” E questiona: “é ou não é uma espécie de Idade Média acontecendo na Amazônia? Foi essa época que inspirou os contos de fada que surgiram no século XIX.” E continua: “aproveito para fazer uma comparação com a forma que o governo brasileiro tenta impor Belo Monte à sociedade: um conto de fada”.

Telma Monteiro é pesquisadora independente.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como a senhora avalia o impacto da construção de hidrelétricas no Brasil, como Belo Monte, Estreito, Santo Antônio e Jirau?

Telma Monteiro - O governo mente quando diz que os projetos das usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, e de Belo Monte no rio Xingu, foram alterados para reduzir os impactos socioambientais. O fato de diminuir o potencial das usinas não significa em hipótese nenhuma uma garantia de sustentabilidade nas respectivas regiões. No caso do Madeira, por exemplo, a turbina bulbo, que foi escolhida por ser compatível com um rio de planície, de baixa queda, e o desmembramento em duas usinas não evitaram os impactos locais e regionais. Na verdade, esses impactos so-

ciais e ambientais, alguns inclusive não diagnosticados no processo de licenciamento, já estão se mostrando maiores e mais abrangentes do que o que foi diagnosticado no EIA/RIMA. Veja-se como os conflitos recrudesceram nos canteiros de obras de Santo Antônio¹ e

1 Usina Hidroelétrica Santo Antônio: usina hidrelétrica em construção no Rio Madeira, na cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, com previsão para estar concluída em 2015 e que faz parte do Complexo do Rio Madeira. Terá 44 turbinas Kaplan de bulbo para geração de energia elétrica com potência de 73,5 megawatts (MW) cada, totalizando 3.150 MW. Será a segunda maior hidrelétrica de turbinas bulbo do mundo. A usina, juntamente com a de Jirau, também em construção no mesmo rio, são consideradas fundamentais para o suprimento de energia elétrica no

Jirau². O efeito dominó dos conflitos

Brasil a partir de meados de 2013 e estão entre as obras mais importantes do Governo Federal. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Usina Hidrelétrica de Jirau: usina hidrelétrica em construção no Rio Madeira, a 150 km de Porto Velho, em Rondônia. Foi planejada para ter um reservatório de 258 km², que terá capacidade instalada de 3.450MW, e faz parte do Complexo do Rio Madeira. A construção está a cargo do consórcio “ESBR - Energia Sustentável do Brasil”, formado pelas empresas Suez Energy (50.1%), Eletrosul (20%), Chesf (20%) e Camargo Corrêa (9,9%). Confira os materiais publicados pela IHU On-Line sobre Jirau: *Conjuntura da Semana. A rebelião de Jirau*, disponível em <http://bit.ly/e5FnmE>; *Sindicato estima que 3.000 vão deixar obra de Jirau*, disponível em <http://bit.ly/luCiCN>; *Operário maranhense morre na hidrelétrica de Jirau*, disponível em <http://bit.ly/madqWn>; *Jirau hoje, Belo*

vai atingir as demais obras de hidrelétricas na Amazônia, tanto no que diz respeito à falta de condições dos trabalhadores de terem garantida uma “estadia” digna no período de trabalho distante de suas famílias, como nas questões ambientais, como o desaparecimento de espécies de peixes que já afetam a vida dos pescadores. Belo Monte³, apesar das mudanças de projeto, continua sendo uma obra difícil não só pela localização, mas pela própria conformação complexa de engenharia que requer várias frentes de trabalho em ambiente hostil. O governo insiste em dizer que o reservatório será bem menor e que as terras indígenas não serão alagadas, porém o problema não é esse. Essa conversa é apenas uma forma de mascarar a verdade. Mesmo com um reservatório menor, as áreas que estariam alagadas apenas na época das cheias ficarão permanentemente alagadas, o que vai alterar para sempre o ecossistema regional. Por outro lado, nunca é demais lembrar que os 100 quilômetros da Volta Grande do Xingu, que sofrerão com o desvio de grande parte das águas do rio, terão um impacto ao contrário,

Monte amanhã - Relatório aponta violações em Jirau e prevê repetição em Belo Monte, disponível em <http://bit.ly/mAJJ6E>. Leia, também, a edição 39 dos *Cadernos IHU Em Formação*, intitulada *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, disponível em <http://bit.ly/ih0UqU>. (Nota da IHU On-Line)

3 **Belo Monte:** projeto de construção de usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no estado brasileiro do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233,1 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais que serão causados pela sua construção. A mais recente controvérsia sobre essa usina envolve o valor do investimento total do projeto e, conseqüentemente, o seu custo de geração. Confira mais informações sobre Belo Monte em: *Cadernos IHU Em Formação*, intitulado *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, disponível em <http://bit.ly/ih0UqU>; *Hidrelétrica de Belo Monte: a queda do mito da energia barata*, disponível em <http://bit.ly/LJwbH4>; *Assembléia Geral da OEA recebe denúncia sobre Belo Monte*, disponível em <http://bit.ly/j9YZLf>; *MPF considera “missão quase impossível” impedir Belo Monte*, disponível em <http://bit.ly/jvOGZH>; *União Europeia está preocupada com conseqüências da aprovação do Código Florestal e da construção de Belo Monte*, disponível em <http://bit.ly/kTQJWb>. (Nota da IHU On-Line)

“O governo mente quando diz que os projetos das usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, e de Belo Monte no rio Xingu, foram alterados para reduzir os impactos socioambientais”

pois áreas que ficariam permanentemente alagadas passarão a sofrer escassez de água. A verdade é sempre distorcida pelas autoridades do Planalto, da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, Empresa de Pesquisa Energética - EPE e do ministério de Minas e Energia, que afirmam que a alteração no tamanho do reservatório e os ajustes no projeto que prejudicariam a geração de energia foram com o intuito exclusivamente de evitar impactos. A Terra Indígena Paquiçamba, embora não recebendo estruturas das obras de Belo Monte, está apenas sete quilômetros em linha reta da movimentação das obras, o que quer dizer que vai sofrer interferências diretas, seja pela presença de estranhos, seja pela agressão à floresta e fuga da fauna, seja pelas alterações na abundância da pesca, ou ainda quanto à qualidade das águas. Recentemente, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, comentou que há “dor no coração” com a perda da capacidade de geração ao assumir fazer hidrelétricas “a fio d’água só para garantir geração com proteção socioambiental”. Como um ser humano pode falar em “dor no coração” com perda de produção de uma mercadoria oriunda da destruição ambiental e

da infelicidade de dezenas de milhares de outros seres humanos? Além do mais, veja que loucura é essa declaração, essa falácia, uma vez que fazer barragem a fio d’água tanto no rio Madeira como no rio Xingu é a solução destruidora armada pelo governo e empresas para gerar energia em rios de planície. Nem o Madeira e nem o Xingu tem grandes quedas, canyons, que possibilitem reservatórios profundos de armazenamento de água. Isso não quer dizer, em absoluto, que não sendo de planície, eles poderiam ser barrados. É lógico que a opção de fazer uma barragem com reservatório ainda maior do que os que estão planejados na Amazônia não encontraria respaldo na sociedade, pois a lembrança do cataclisma de Balbina⁴ ainda é muito forte. Quando surgiu a ideia do fio d’água no Madeira, o primeiro a aceitar foi o Ministério do Meio Ambiente, sob a alegação que os impactos seriam mínimos ou não existiriam. Outros impactos foram ainda escamoteados durante o processo de licenciamento ambiental, como a presença de indígenas em isolamento voluntário, que perambulam nas áreas do entorno de Jirau e Belo Monte. As usinas foram aprovadas, receberam licenças e só depois foram divulgadas, oficialmente, as notícias da presença dos isolados e os riscos que estão correndo. Eu chamo este momento de “nova era do projeto Belo Monte”, que depois de tantos anos de resistência ressurgiu com a justificativa retrógrada e equivocada de que já existe um desmatamento crônico na região. En-

4 **Usina Hidrelétrica de Balbina:** localizada no rio Uatumã (Bacia Amazônica), município brasileiro de Presidente Figueiredo, precisamente no distrito de Balbina, no estado do Amazonas. Cada uma das 5 unidades geradoras tem capacidade de geração de até 55 MW de energia elétrica, totalizando 275 MW. A usina é criticada por ter um alto custo e ter causado o maior desastre ambiental da história do Brasil. Inaugurada no final da década de 1980, é citada como um erro histórico por cientistas e gestores pela baixa geração em relação à área alagada, e pelas conseqüências disso. Balbina é apontada como problemática também no que diz respeito à emissão de gases de efeito estufa, considerados causadores do aquecimento global. Sobre hidrelétricas, confira o *Cadernos IHU Em Formação*, intitulado *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, disponível em <http://bit.ly/ih0UqU>. (Nota da IHU On-Line)

tão, não haveria problema em se criar mais impactos, típica política do fato consumado e que a “missão” de Belo Monte seria de promover o desenvolvimento e preservar o meio ambiente, como disse o Tolmasquim, num flagrante desrespeito à inteligência do brasileiro. Lemos todos os dias na mídia como é que estão “preservando” alguma coisa lá em Belo Monte, as imagens recentes não deixam dúvidas sobre a destruição. Para avaliar adequadamente os resultados de todos os impactos, do desmatamento ao deslocamento compulsório de milhares de pessoas, seria preciso escrever um tratado em vários volumes.

IHU On-Line – Em que sentido Altamira de Belo Monte, no Pará, remonta à Idade Média?

Telma Monteiro - Lógico que essa colocação que fiz em um dos meus artigos foi no sentido figurado. Mas a Altamira de hoje, acuada pelas obras de Belo Monte, sofre a falta de estrutura de forma muito mais intensa do que antes de se pensar no projeto. Prometer saneamento básico, água de qualidade, hospitais e escolas, infraestrutura urbana, são formas de se obter o poder. É o mesmo poder da Idade Média, em que os senhores feudais tinham as terras e exploravam os camponeses. Belo Monte é, aos olhos da população de Altamira e região, uma forma de rompimento com um período atrasado de ausência do Estado para uma nova era classificada de moderna, onde energia significa progresso. Quando fiz a comparação, lembrei que, em Rondônia, as terras em volta dos reservatórios foram desapropriadas em favor dos consórcios responsáveis pelas hidrelétricas e que elas serão valorizadas pelos lagos e vão parar nas mãos de grandes especuladores imobiliários. Em Altamira não é diferente. Os grandes especuladores de terras ao longo da Transamazônica já trataram de pegar o butim. Muitos dos pequenos proprietários de terras desaparecem. Mas a população vai amargar as doenças como dengue, a malária, as sexualmente transmissíveis, o aumento da prostituição infantil, da promiscuidade sem controle; é uma situação motivada pela busca de oportunidade de melhoria de vida para migrantes que acabam reféns

“Para avaliar adequadamente os resultados de todos os impactos, do desmatamento ao deslocamento compulsório de milhares de pessoas, seria preciso escrever um tratado em vários volumes”

de promessas dos falsos mecenas. As invasões, expansão desordenada e a conquista, características da Idade Média, são hoje realidades na região de Belo Monte. Quem não viu ou não leu como os aluguéis ficaram mais caros em Altamira? A infraestrutura viária não comporta o aumento dos automóveis e motos, faltam leitos no hospital para dar conta dos acidentados. E o esgoto? E o lixo? O atraso institucionalizado em nome do crescimento e do poder dos senhores “feudais” da energia. É ou não é uma espécie de Idade Média acontecendo na Amazônia? Foi essa época que inspirou os contos de fada que surgiram no século XIX. Aproveito para fazer uma comparação com a forma que o governo brasileiro tenta impor Belo Monte à sociedade: um conto de fada. Os feudos eram dados pelo rei aos amigos conforme os interesses vigentes; hoje os nossos “reis” dão feudos às grandes empresas. Quando comparei Altamira à Idade Média, recebi no blog um comentário de alguém que não entendeu a analogia, dizendo que não havia hidrelétricas naquela época. Lógico, não havia! Mas se o governo Lula e Dilma, mais o ministro Edison Lobão, junto com a Eletrobras, estivessem por lá, aposto que teriam construído! Várias.

IHU On-Line – De fato, para onde vai uma boa parte de toda essa energia que o governo planeja gerar?

Telma Monteiro - O Plano Decenal de Energia (PDE) 2020 prevê que, entre 2011 e 2020, sejam adicionados anualmente ao Sistema Interligado Nacional (SIN) 3.200 MW médios. Isso equivale mais ou menos a uma usina do Madeira por ano, para se ter uma ideia. A intenção do governo é que aquilo que eles chamam subsistemas Norte, Manaus/Amapá e Nordeste contribuam com um aumento de 1.080 MW médios ao ano, nesse mesmo período. Esses 1.080 MW médios⁵ equivalem às duas usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, que produzirão respectivamente 1.973 MW médios e 2.045 MW médios. Belo Monte foi programada para produzir cerca de 4.000 MW médios, número contestado pelos especialistas que concluíram que será muito menor. Outro ponto que chama nossa atenção é que o governo quer desenvolver a integração energética dos países latino-americanos e para isso vem firmando acordos com nossos vizinhos amazônicos Peru, Bolívia, Guiana e Colômbia. Algumas grandes empresas brasileiras ligadas ao “ramo” da hidroeletricidade têm participado na elaboração dos estudos e parcerias com países das Américas Central e do Sul. Por trás dessas estratégias está a premissa irredutível do setor elétrico do governo de que o Brasil é um país privilegiado que gera “energia limpa e barata” com hidrelétricas. Entendemos que, para o setor elétrico brasileiro, do qual participam empresas públicas e privadas numa relação amoral, não basta a exploração dos rios da Amazônia brasileira. Foi preciso criar outros projetos em países vizinhos em que se destacam, por exemplo, seis usinas hidrelétricas no Peru, já em fase final de estudos, com aproximadamente 7.000 MW de capacidade instalada⁶ que serão quase que integralmente exportados para o Brasil. É o mesmo plano com

⁵ 5 MW médios é a máxima produção de energia que pode ser mantida quase que continuamente pelas usinas hidrelétricas ao longo dos anos. (Nota da IHU On-Line)

⁶ Capacidade Instalada significa o limite da produção ou a capacidade máxima de produção de uma usina. (Nota da IHU On-Line)

relação à Bolívia, com a previsão de construção da hidrelétrica Cachoeira Esperança a montante das usinas do rio Madeira e com a Guiana, onde estão sendo realizados outros estudos de inventário de mais 8.000 MW. Mas não está claro para nós o uso que se fará de toda a capacidade de energia hidrelétrica inventariada na Amazônia, dentro e fora dos limites do Brasil. Não devemos esquecer que seriam necessárias extensas linhas de transmissão cortando florestas, Unidades de Conservação e Terras Indígenas. A projeção do crescimento futuro da oferta de energia, sem que se tenha uma ideia do seu destino final, está respaldada na transformação da Amazônia num imenso canteiro de obras. O interessante é que o PDE 2020, na verdade, prevê que o Brasil continue gerando energia na Amazônia para os grandes consumidores industriais dos setores de papel, celulose e pasta mecânica. O consumo de energia para produzir pasta mecânica de celulose é um dos mais altos - a tecnologia de prensagem de toras de madeira para transformar em fibras que depois são lavadas com água quente entre 70 e 100°. Esse é apenas um exemplo de altíssimo consumo de energia elétrica e uma verdadeira loucura, pois é dar banho em madeira de reflorestamento com energia tirada da destruição da Amazônia! Está na hora de questionar a projeção dessa “demanda” para suprir grandes indústrias “sujas” eletrointensivas que não agregam valor, e a tecnologia envolvida na produção.

IHU On-Line – De que maneira a Rio+20 pode ajudar o Brasil a se confirmar como liderança em energias limpas?

Telma Monteiro - Falando de energia elétrica, acredito que agora está um pouco tarde para que a conferência Rio+20 ajude em alguma coisa o Brasil, principalmente no que tange a energias limpas. Não, quando o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, e o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, vêm a público defender a construção de usinas hidrelétricas, em um evento na semana passada. Continuam afirmando que a matriz energética brasileira é a mais limpa do mundo e que

“Falando de energia elétrica, acredito que agora está um pouco tarde para que a conferência Rio+20 ajude em alguma coisa o Brasil, principalmente no que tange a energias limpas”

isso deve continuar à medida que o potencial hidrelétrico seja explorado na sua totalidade, ou melhor, os dois terços restantes que estão quase que totalmente na Amazônia, a maior parte em Tis e UCs. Nesse clima de falta de disposição das autoridades brasileiras de rever o planejamento em que se induz a demanda de energia porque tem oferta e tem oferta porque expande a geração sem, no mínimo, estabelecer metas e compromisso com programas de eficiência, vai ficar muito difícil ouvirmos propostas de sustentabilidade energética na Rio+20. As autoridades brasileiras estão fechadas às discussões que possibilitem rever a composição da matriz brasileira, mesmo tendo conhecimento de que ela não é renovável, limpa e barata. Veja que eu disse “conhecimento”, pois não é possível que não leiam ou não tenham acesso a todos os estudos de cientistas e pesquisadores que são produzidos diariamente, sobre as fontes genuinamente limpas e baratas. No entanto, acredito que muitos fóruns paralelos da sociedade civil durante a Rio+20 podem tornar público que o Brasil tem um discurso bem diferente da prática, e assim desmistificar essa aura de pureza ambiental que tem enganado o resto do mundo. Não só no que diz respeito à energia elétrica. Seria muito interessante se no decorrer

da conferência oficial alguém apresentasse a planilha atualizada das termelétricas planejadas pelo Ministério de Minas e Energia.

IHU On-Line – O Brasil pouso como detentor da matriz energética mais verde do mundo. Trata-se de uma falácia?

Telma Monteiro - Em 2011, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, na sigla em inglês) divulgou o III Relatório Especial sobre Fontes Renováveis de Energia e Mudanças Climáticas Mitigação (SRREN) que mostra que as fontes renováveis [limpas] de energia suprirão 80% da energia em 2050. Para isso é preciso adotar políticas públicas que incentivem o uso dessas fontes mais limpas de energia. Em que patamar o Brasil estará nesse horizonte, já que “vento não se estoca”, como disse a presidente Dilma Rousseff? Quer mais exemplos de falácia? Existe esforço coletivo do governo, grandes empresas, bancos, para levar o país à liderança entre as nações ricas com a exploração do petróleo do Pré-Sal, que ainda não tem nenhuma tecnologia segura. E o que dizer dos biocombustíveis, o chamado combustível “verde” baseado na produção de monoculturas em terras férteis e que favorece o uso individual do automóvel em detrimento do investimento em transporte de massa? E repito quantas vezes forem necessárias que a maior das falácias é o discurso oficial de matriz limpa, barata e renovável.

IHU On-Line – De que maneira as políticas energéticas adotadas nos últimos 20 anos podem auxiliar para um melhor desempenho da Conferência da Rio+20?

Telma Monteiro - Então vamos usar a Europa como exemplo, uma vez que ela enfrenta atualmente grandes desafios com as mudanças climáticas, envelhecimento, segurança alimentar, segurança no abastecimento energético e que precisa achar um caminho sustentável. Pois bem, para ela não perder seu papel de liderança no mundo globalizado, teve que canalizar recursos imensos em inovação tecnológica para buscar aumento da eficiência energética, aperfeiçoar as energias limpas e inteligentes no uso dos recursos naturais. Se não conseguir um crescimento sus-

tentável, estará acabada, por isso os esforços se concentraram nas estratégias que envolvem energia e clima. Nos últimos 20 anos, as políticas energéticas foram no sentido de desenvolver tecnologias e buscar formas de abastecimento de energia eficiente em uso dos recursos. As energias eólica e solar, por exemplo, passaram a ocupar um espaço cada vez maior nas pautas das políticas dos governos e na priorização dos financiamentos e incentivos. Agora é a vez da evolução desse estágio, com políticas que permitirão segurança no uso e transmissão de energias renováveis entre os países de forma a obter a melhor relação custo-eficácia. O Brasil, ao contrário, não adotou as políticas energéticas de desenvolvimento das fontes alternativas que tem em abundância, deixando passar os 20 anos sem inovação, sem incentivos, sem desenvolver programas de eficiência energética e sem adotar mecanismos para minimizar as perdas na transmissão. Nós deixamos de viver 20 anos de avanços nas políticas energéticas e parece que não vamos recuperá-los tão cedo, já que os esforços nesse sentido são quase inexistentes. O Brasil que insiste em ser liderança em energia limpa, infelizmente, não desenvolveu políticas energéticas que pudessem ajudar o planeta a sair dessa equação em que se encontra. Apesar de a Europa ser perdulária e consumir muito mais energia que o Brasil, como tem exaltado nossas autoridades para justificar o “agora é a nossa vez”, ela está conseguindo avanço tecnológico para mudar os rumos do desperdício e da escassez de energia. Isso poderia ajudar no desempenho da Rio+20 se constasse da pauta da conferência. Pelo visto, o foco será a “economia verde” que é o único tema que interessa ao Brasil, como anfitrião, até porque o que ele tem para oferecer em termos de políticas energéticas é a geração por hidrelétricas, termelétricas e a exploração “kamikaze” do pré-sal.

IHU On-Line – De que forma o Brasil pode construir uma sociedade regida por um sistema energético sustentável?

Telma Monteiro - Vou me ater à energia elétrica, para responder. Uma das formas seria rever a previsão de aumento da demanda residencial que é apresentada no PDE. Por exemplo,

o número de domicílios particulares permanentes com energia elétrica chegará a cerca de 75 milhões de unidades em 2020, segundo o PDE 2020, e o IBGE considera uma média de 3,3 habitantes por unidade residencial. Fazendo uma conta simples, isso quer dizer que teremos então uma população de 250 milhões de habitantes em 2020? A metodologia empregada para se chegar a esses números continua sendo uma incógnita. A conclusão é que o consumo de eletricidade residencial crescerá a uma taxa média de 5% ao ano até 2020. Projeta-se um consumo induzido para os eletrodomésticos e ainda uma previsão para a entrada dos carros elétricos no mercado. Quais os custos implicados nisso? Outro ponto é que a projeção do consumo⁷ de energia elétrica foi realizada a partir de parâmetros e indicadores típicos do mercado de eletricidade e considerando as premissas demográficas, macroeconômicas, setoriais, de autoprodução⁸ e de eficiência energética. Também é preciso considerar que as premissas econômicas e demográficas adotadas no PDE 2020 e a projeção do consumo total de energia elétrica resultaram em previsão de crescimento continuado do consumo per capita de eletricidade e que induz a uma expansão em torno de 50% no período 2010-2020.

IHU On-Line – Quais são as chances de sucesso da Rio+20?

Telma Monteiro - Eu diria que não podemos julgar os resultados da Rio+20 sob o ponto de vista de sucesso ou fracasso. Temos que ter em mente que, qualquer que seja o resultado, é preciso extrair dele algo de positivo para que se possa deixar um legado com menos passivos ambientais às gerações futuras.

⁷ Residencial, comercial, industrial, poderes públicos, iluminação pública, rural e consumo próprio. Em razão de suas dimensões, essas últimas quatro categorias de consumidores foram tratadas, no PDE, de forma agregada, sob o título genérico de “outras classes”. (Nota da IHU On-Line)
⁸ Autoprodução se refere à geração de energia elétrica de um consumidor com instalações próprias de geração localizadas junto à unidade de consumo, ou seja, para o autossuprimento de eletricidade, não é utilizada a rede elétrica de distribuição ou transmissão. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Quais as saídas existentes para que as energias alternativas comecem a se tornar mais competitivas?

Telma Monteiro - Somente vontade política, incentivos que resultem em maiores investimentos e economia de escala poderão levar as energias alternativas genuinamente limpas a compor a maior parte da matriz energética. Nada disso, no entanto, será suficiente enquanto se pensar em hidrelétricas sem avaliar a questão da justiça social. A sociedade brasileira tem cobrado do governo federal informações sobre a matriz energética nacional que sejam claras quanto às estratégias, aos investimentos, aos custos socioambientais e econômicos. Há uma expansão da atividade industrial em que a energia é o principal insumo, fato evidente no crescimento das exportações dos setores eletrointensivos como alumínio, siderurgia, ferroligas, papel e celulose e o aumento da atividade industrial desse grupo de indústrias impacta o consumo energético do setor industrial como um todo.

Leia mais...

>> **Telma Monteiro** já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Confira.

- 11/04/2012 - “A consciência ecológica e o respeito à natureza alcançaram a sociedade, mas não as autoridades brasileiras”. Entrevista especial com Telma Monteiro, disponível em <http://bit.ly/HB4DpX>
- 30/05/2011 - Belo Monte, o calcanhar de Aquiles do governo. Entrevista especial com Telma Monteiro, disponível em <http://bit.ly/JNZZbm>
- 13/10/2010 - A urgência insana de Teles Pires. Entrevista especial com Telma Monteiro, disponível em <http://bit.ly/Jdw1gO>
- 24/04/2010 - Leilão de Belo Monte: uma armação. Entrevista especial com Telma Monteiro, disponível em <http://bit.ly/KgtU9s>
- 09/03/2010 - As cinco hidrelétricas no Rio Tapajós. “Nenhum rio, no mundo, suporta isso”. Entrevista especial com Telma Monteiro, disponível em <http://bit.ly/Jdw6Rz>
- 11/06/2009 - Que conta é essa? Entrevista especial com Telma Monteiro, disponível em <http://bit.ly/JAD6GZ>

O advento do social: leituras biopolíticas em Hannah Arendt

“A sociedade substituiu a ação política pela normalização dos sujeitos”, observa Castor Ruiz ao analisar as obras da filósofa. “Arendt aponta que o objetivo do social é governar normalizando, e normalizar controlando”

POR CASTOR BARTOLOMÉ RUIZ

“**H**annah Arendt constata que a modernidade construiu um novo espaço além da *oikos* e *polis* imperantes na antiguidade. Esse espaço é o social”, acentua o filósofo Castor Bartolomé Ruiz no artigo inédito que enviou especialmente à **IHU On-Line**. “A sociedade é um espaço híbrido novo que conjuga, de um lado, a administração da vida humana como mera vida natural, e, de outro, a negação da ação política”. E complementa: “Há uma radical diferença no conceito de igualdade implementado pela sociedade daquele que era almejado no espaço público da *polis*. A igualdade moderna se baseia no conformismo comportamental que ajusta a vida dos indivíduos a padrões assimilados de vida. Todos são iguais porque se parecem no modo de agir e viver, porque se assemelham nos gostos e atitudes, porque vivem padronizadamente”. E destaca: “Arendt reforça que a tese de que a acomodação comportamental é o eixo modal das técnicas de governo da sociedade”. A ação política dos sujeitos é substituída por sua normalização.

Castor Bartolomé Ruiz é o coordenador e conferencista do curso **Filosofia e sociedade: A biopolítica, a testemunha e a linguagem. (Des) encontros filosóficos: M. Foucault, H.**

Arendt, E. Levinas, G. Agamben, cuja temática desta segunda-feira, 9-4-2012, é **Michel Foucault, a biopolítica e a soberania**. Em 2-4-2012 falou sobre *Michel Foucault, a biopolítica e o cuidado da vida*. Para conferir a programação completa do evento, acesse <http://bit.ly/AqE-fwa>. Possui graduação em Filosofia pela Universidade de Comillas, na Espanha, é mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Escreveu inúmeras obras, das quais destacamos: *Os paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003); *Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006). Leia, ainda, o livro eletrônico do *XI Simpósio Internacional IHU: o (des) governo biopolítico da vida humana*, no qual Castor contribui com uma reflexão intitulada “A exceção jurídica na biopolítica moderna”, disponível em <http://bit.ly/a88wnF>.

Confira o artigo.

A biopolítica é um conceito em construção. Ele não denota um significado semântico determinado, mas remete a práticas históricas em que a vida humana se tornou alvo das estratégias de poder. A biopolítica demarca o espaço das práticas que objetivavam estrategicamente a vida humana como recurso natural no marco de uma racionalidade instrumental.

Hannah Arendt¹ é uma autora que nunca utilizou o conceito de bio-

socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os EUA, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. Entre suas obras, citamos: Eichmann em Jerusalém - Uma reportagem sobre a banalidade do mal (Lisboa: Tenacitas. 2004) e O Sistema Totalitário (Lisboa: Publicações Dom Quixote.1978). Sobre Arendt, confira

as edições 168 da **IHU On-Line**, de 12-12-2005, sob o título Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX, disponível para download em <http://bit.ly/qMjoc9> e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975, disponível para download em <http://bit.ly/rt6KMG>. Nas Notícias Diárias de 01-12-2006 você confere a entrevista Um pensamento e uma presença provocativos, concedida com exclusividade por Michelle-Irène Brudny em 01-12-2006, disponível para download em <http://bit.ly/o0pntA>. (Nota da **IHU On-Line**)

1 Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e

política em suas obras. Contudo, a biopolítica constitui uma temática que “(pré) ocupa” uma parte significativa do seu pensamento. Desenvolve sua abordagem sobre a problemática da vida humana, entre outras, através das categorias de sociedade, trabalho e autoritarismo.

Na sua obra *A condição humana*, desenvolve a tese do que ela denomina “advento do social”. Os povos antigos, Grécia e Roma, reconheciam dois espaços bem definidos: *oikos*, *polis* (Grécia), ou *lar* (*domus*), *republica* (Roma). A *oikos* grega se assimila profundamente ao *lar* romano, também denominado de *domus*. A *oikos* era o espaço da casa em que a vida humana era governada pelo princípio da desigualdade natural. O senhor da casa (*kyrios*, *dominus*) tinha um poder absoluto sobre todos aqueles que nela habitavam. A casa era o espaço da reprodutibilidade da vida humana. Ela era a instituição que buscava garantir a sobrevivência. Para tanto, suas atividades eram estritamente atividades dedicadas ao trabalho e à reprodução.

A casa é governada pelo senhor e nela todos os que a habitam são governados por aquele que é o responsável maior, *pater familias*. O princípio que governava a casa é o da administração eficiente da vida humana. O senhor da casa é, antes de tudo, um administrador, e os moradores da casa são essencialmente administrados. A vida aí é sempre uma vida administrada, governada. O que caracteriza a *oikos* e a *domus* é a administração da vida humana. Nela não há liberdade para ninguém, nem para o senhor, porque todos estão obrigados a trabalharem para suprir suas necessidades naturais. A casa é o espaço de suprimento da vida natural, *zoe*.

A vida humana: *zoe*, *bios*, *aion*

Os gregos tinham três palavras diferentes para denominar a vida, e cada uma delas indicava uma vida com natureza diferente. *Zoe* é a vida natural que determina o modo de ser de todos os viventes. A *zoe* é imposta pela natureza, tem uma ontologia que determina o modo de ser de todos os viventes. Todos devem submeter-se à ontologia da *zoe* se quiserem sobreviver. A *zoe* é a vida animal, de todo ani-

“Arendt retoma a distinção dos clássicos entre *zoe* e *bios* para explicar as singularidades da *oikos* e a *polis*. Na *oikos* se vive a mera reprodutibilidade da *zoe*”

mal, incluídos os humanos. Os seres humanos são também *zoe*, à medida que estão determinados pela obrigação das necessidades naturais. Alguns seres humanos, às vezes a maioria, que eram obrigados a trabalhar para sobreviver e viver só para trabalhar (escravos, clientes, servos), ou que faziam do trabalho próprio a sua maior forma de sobrevivência (metecos, comerciantes, artesãos, etc.), eram considerados seres que viviam na mera *zoe*. Eram humanos num primeiro nível, o natural, humanos de segunda categoria.

Bios é a vida humana que se constrói além da mera *zoe*. A *bios* é uma vida que não se encontra de forma natural, senão que deve ser construída. A *bios*, para os clássicos, era a verdadeira vida humana. Era a vida que se constituía pelos valores e as práticas da ética e da política. A *bios* era o desafio que todo ser humano livre tinha que desenvolver em si mesmo. É uma criação, e não se herda ao nascer. Ela é a característica essencial das pessoas livres. A *zoe* era o espaço da determinação em que vida está obrigada a seguir as leis da sua natureza. Na *zoe* todos somos meros animais, não há liberdade. A *bios* é a vida que os seres humanos podem construir para além da mera *zoe* e para conseguir ser livres. A *bios* é a vida verdadeiramente humana.

Ainda, os gregos usavam um outro conceito, *aion*, para denominar a vida eterna. A *aion* é vida divina, aquela que está além da morte, a que não sofre suas consequências. Para os gregos, os seres humanos, por natureza, estavam privados da *aion*. O destino dos humanos era o *hades*, o inframundo do esquecimento. *Aion* era a vida privilegiada dos deuses. O cristianismo provocou, entre outras, uma inversão radical nesse ponto. Foi o cristianismo que abriu a possibilidade da *aion* para os humanos. Para o cristianismo, a *aion* se tornou o destino último e principal da vida humana. O cristianismo caracterizou a vida humana como aquela que tem a possibilidade da eternidade. A *aion* se tornou para o cristianismo a característica principal da vida humana. O cristianismo fez o papel de Prometeu: roubou dos deuses gregos o seu fogo mais precioso, *aion*, e a trouxe para os humanos. O cristianismo repôs a vida divina como núcleo essencial da vida humana.

Isonomia e autonomia da *polis*

Arendt retoma a distinção dos clássicos entre *zoe* e *bios* para explicar as singularidades da *oikos* e a *polis*. Na *oikos* se vive a mera reprodutibilidade da *zoe*. Na casa se governa a vida humana como mera vida natural. Nela vigora a lei da natureza e se administra seguindo as leis da natureza humana, *zoe*. Essa distinção foi retomada mais recentemente por Giorgio Agamben²

2 **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002); *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005); *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007); *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007); e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível para download em <http://migre.me/uNk1>. A edição 236 da IHU On-

na sua obra *O homo sacer. O poder soberano e a vida nua*, para propor uma nova perspectiva na pesquisa da biopolítica.

Os gregos, que não se resignavam a viver a mera vida natural dos animais, inventaram um espaço novo além da natureza da casa, a *polis*. A *polis* é o espaço onde se constrói a *bios*. Ele não é natural, é político. É um espaço onde não vigora o princípio da administração da vida, mas está regido pela deliberação de todos como sujeitos autônomos. A *polis* é um espaço público não submetido às leis da natureza humana. É o espaço da autonomia dos sujeitos, o espaço da isonomia entre eles. Na *polis* todos são iguais, nela não rege o princípio da desigualdade natural que impera na *oikos*. O espaço público se constrói sob o princípio da isonomia de todos os participantes. Nele não há chefe nem subordinados, nem senhor nem escravos, todos são, por princípio, iguais.

A isonomia deste espaço público possibilita a construção da autonomia. A liberdade, para os gregos, não era algo natural que herdamos ao nascer, como pensam os modernos. Pelo contrário, a liberdade derivava da possibilidade de aceder ao espaço público, único lugar em que se garantia a isonomia dos sujeitos. Fora do espaço público da *polis* regia a *zoe*, ou seja, a administração hierárquica da vida humana, que era naturalmente hierárquica e desigual. A *polis* não aceitava a possibilidade da administração da vida. Qualquer administração implica numa relação hierárquica entre administrador e subordinados, que que-

“Os gregos, que não se resignavam a viver a mera vida natural dos animais, inventaram um espaço novo além da natureza da casa, a *polis*. A *polis* é o espaço onde se constrói a *bios*. Ele não é natural, é político”

bra o princípio da isonomia e nega a autonomia.

Isonomia e autonomia, inerentes ao espaço público da *polis*, eram por sua vez as principais características da *bios*. A verdadeira vida humana só podia realizar-se como tal no espaço público em que se garantia a isonomia de todos os sujeitos e se propiciava a constituição da autonomia. A *bios* era sinônimo de liberdade construída no espaço público. A criação de uma vida verdadeiramente humana, *bios*, era correlativa à possibilidade da constituição de um espaço público, *polis*, em que não vigorassem as leis naturais da *oikos*, que hierarquizam as relações e submetem a vida humana ao governo natural dos outros.

Se a *oikos* é o espaço onde se produz a *zoe*, a *polis* é a esfera na qual é possível construir a *bios*. Na *oikos* a vida humana está determinada pela ontologia da natureza, enquanto na *polis* é possível construir uma vida humana além de qualquer determinação natural. Na *oikos* vigora o princípio natural da hierarquização das relações, porém a *polis* existe a partir do princípio político da isonomia. Se na *oikos* se governa a vida humana na forma de

administração natural das necessidades, na *polis* o governo é deliberação livre de todos os sujeitos.

Trabalho, labor, ação

Hannah Arendt retoma a distinção aristotélica entre trabalho, labor e ação, relacionando-as com os dois espaços *oikos* e *polis* e com as duas concepções de natureza humana, *zoe* e *bios*.

Denomina-se trabalho à atividade necessária para garantir a subsistência da *zoe*. O trabalho está regido pela necessidade da natureza. É o que qualquer ser vivo tem que fazer para sobreviver. Por isso, para os gregos, o trabalho se mantém na esfera da *zoe*, da pura sobrevivência. Ele é necessário para sobreviver, mas só permite isso, sobreviver. Daí se deriva, na cultura greco-romana, que o trabalho escraviza a vida quando não consegue ter outra atividade além do mero esforço para reproduzir sua subsistência. O mero trabalho escraviza a vida porque não possibilita construir outra vida além da pura *zoe*. A dedicação ao trabalho não deixa tempo nem energia para construir outra vida mais humana, *bios*. Por isso os gregos e romanos entenderam que o trabalho é escravo e escraviza. Para conseguirem liberar o tempo e energia da minoria livre da *polis* ou da república, atribuíram o trabalho aos escravos. O trabalho era da natureza escrava porque escravizava submetendo a vida humana ao mero ciclo de produção e consumo. O trabalho escraviza e cria a natureza escrava.

O labor é o conceito que considera as obras e matérias construídas para criar um mundo humano e que, embora se encontrem ainda na mera materialidade, corresponde a não naturalidade da existência humana. O labor produz obras, e as obras não estão submetidas, como o trabalho, à dissolução e consumo natural do ciclo da vida. As obras construídas pelo labor criam um mundo artificial de coisas diferente do mundo natural da *zoe*. O mundo material construído pelo labor possibilita o abrigo da vida individual como espaço próprio de identidade e vida. O mundo das obras, do labor, não é o mundo natural do trabalho, *zoe*. O mundo do labor é necessário para a condição humana, mas não no mes-

Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin. Para conferir o material, acesse <http://migre.me/uNKY>. Confira, também, a entrevista Compreender a atualidade através de Agamben, realizada com o filósofo Rossano Pecoraro, disponível para download em <http://migre.me/uNme>. A edição 81 da Revista IHU On-Line, de 27-10-2003, tem como tema de capa O Estado de exceção e a vida nua: A lei política moderna, disponível em <http://migre.me/uNo5>. Leia, ainda, as edições 344, de 21-09-2010, intitulada Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em <http://migre.me/5WjQm> e 343, de 13-09-2010 O (des) governo biopolítico da vida humana, disponível em <http://migre.me/5WjSa>. (Nota da IHU On-Line)

mo sentido do trabalho da *zoe*. Uma vez que a condição humana deriva da mundanidade, das obras do mundo, o labor é a condição de possibilidade de construir um mundo material, embora não estritamente natural.

Arendt destaca a importância do terceiro conceito que os gregos utilizam para distinguir as diversas atividades da vida humana, a ação. A ação é a única atividade que se realiza estritamente entre seres humanos. Ela está além da mera sobrevivência do trabalho e da pura materialidade do labor. A ação se constrói na relação com os outros e constitui a possibilidade dessa relação. É algo singularmente humano que nenhum outro ser vivo pode realizar. Ela requer a possibilidade do *logos* e da *práxis*.

A ação se realiza pelo exercício público da palavra. Só quem tem direito à palavra no espaço público poderá ser sujeito da ação. A palavra é a característica principal do ser humano livre, sem ela não há liberdade. Por ela se efetiva a liberdade como prática da palavra.

A ação se realiza sempre num espaço público. Não há possibilidade de ação na *oikos*. Na casa não existe a prática do diálogo, não há *logos* nem relação isonômica com o outro; nela opera a utilidade do governo que dirige. Na *polis* o diálogo é essencial para possibilitar a ação. No espaço público não há ação sem diálogo, e só pode utilizar o poder da palavra quem tem a natureza isonômica da cidadania.

A ação é *práxis* porque abre um espaço inédito para o agir humano que foge às determinações naturais da *zoe*. A *práxis* denota a possibilidade de criar algo que não existe. A *bios* é a primeira e principal criação da *práxis*, que foge às determinações da *zoe*. A vida humana boa, *eudaimonia*, era o ideal ao qual todo cidadão livre tinha que aspirar. Essa vida humana não era natural, era resultado da ação, da *práxis* criativa dos sujeitos autônomos. A ação é a possibilidade que temos de construir a *bios*, o que os antigos denominavam “*vita ativa*”, e que Arendt recuperará como categoria política importante na atualidade.

O advento do social

Arendt constata que a modernidade construiu um novo espaço além

da *oikos* e *polis* imperantes na antiguidade. Esse espaço é o social. A noção de sociedade é algo diferente do espaço privado da casa, mas também é diferente do conceito público da *polis*. A sociedade moderna não representa a privacidade do espaço do *lar*, mas também perdeu a característica do espaço público da *polis*. A sociedade é uma criação moderna nova, até certo ponto inédita.

Embora o termo sociedade venha do conceito latino *societas*, seu significado semântico foi transformado radicalmente. Os clássicos como Cícero ou Sêneca utilizam o termo *societas* num sentido muito similar ao grego *polis*. Arendt constata que a modernidade operou uma substituição do social pelo político, com todas as consequências que disso se derivam. A sociedade tornou-se um novo espaço moderno e uma nova categoria que está subtraída à privacidade do *lar*, mas da qual foi retirada a singularidade do espaço público da *polis*.

A sociedade é um espaço híbrido novo que conjuga, de um lado, a administração da vida humana como mera vida natural e, de outro, a negação da ação política. A sociedade é o espaço criado para administrar a vida humana segundo a sua natureza. É um espaço moderno criado pela economia política com objetivo de gerenciar a vida humana fora da política, ou seja, fora da isonomia e da autonomia dos sujeitos. O que chamamos de sociedade é o símbolo de uma grande família em que se congregam todas as necessidades que devem ser administradas. O princípio que rege a sociedade moderna é a satisfação de necessidades vitais, ou seja, a reprodução da *zoe*, segundo a *oikos* antiga. É essencialmente uma sociedade de produção e consumo.

A sociedade emerge como espaço criado pela economia política moderna para nele desenvolver as técnicas de governo das necessidades materiais da vida humana. Para os modernos parece natural a conjunção dos dois conceitos: “economia política”, porém para os antigos eles são realidades radicalmente contraditórias. A economia é o modo de governar a vida humana na *oikos* através de relações sociais hierarquizadas sob o princípio natural da administração da

vida dos outros. A política era em tudo o contrário: representava o espaço público do autogoverno, da autonomia, da isonomia, onde vigorava a decisão livre dos sujeitos. Economia política, para os antigos, é uma contradição impossível de conjugar, enquanto para os modernos é o que conjuga o governo com a vida humana no novo espaço: a sociedade.

A economia, até a modernidade, era um saber secundário dentro da ética (filosofia moral) e da política. A base teórica da economia parte do princípio de que a reação dos seres humanos é previsível pela sua natureza. Atribui-se a Adam Smith³ a concepção de economia como uma ciência independente cuja referência é o governo da sociedade segundo a natureza humana. O que a economia se propõe governar, em primeira instância, são as pessoas. Para tanto, objetiva-as como recursos naturais (*zoe*) e utiliza-se de técnicas diversas para induzir

3 Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. A Riqueza das Nações, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos - IHU promoveu em 2005 o I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. No segundo encontro deste evento a professora Ana Maria Bianchi, da USP, proferiu a conferência A atualidade do pensamento de Adam Smith. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à IHU On-Line nº 133, de 21-03-2005, disponível em <http://migre.me/xQmm>. Ainda sobre Smith, confira a edição 35 do Cadernos IHU Ideias, de 21-07-2005, intitulada Adam Smith: filósofo e economista, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para download em <http://migre.me/xQnc>. Smith foi o tópico número 1 do Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2009, estudado de 13-04-2009 a 02-05-2009. O Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010, em seu primeiro módulo, falou sobre Adam Smith: filósofo e economista. Em sua edição 2011, esse evento contou com a palestra do Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo, em 29-08-2011, com o tema Adam Smith: os sentimentos morais e as razões da acumulação e da conservação da fortuna material. Para conferir a programação completa do evento, acesse <http://bit.ly/ndTF3S>. (Nota da IHU On-Line)

o comportamento dos outros a partir de tendências naturais. A economia, como a *oikos*, reduz a vida humana à mera vida natural, e o governo se torna a administração da conduta dos outros. Esse é o marco que rege toda a biopolítica moderna e que se encontra plenamente analisado nos estudos de Arendt.

A relação que Arendt percebe entre economia política e sociedade remete de modo muito sinérgico às pesquisas que Foucault⁴ desenvolveu

4 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a História da Loucura até a História da sexualidade (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (História da Loucura, O Nascimento da Clínica, As Palavras e as Coisas, A Arqueologia do Saber) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como Vigiar e Punir e A História da Sexualidade. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em três edições a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/vMiS>, edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/vMj7>, e edição 364, de 06-06-2011, disponível em <http://bit.ly/k3Fcp3>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault, que também foi tema da edição número 13 dos Cadernos IHU em Formação, disponível para download em <http://migre.me/vMjd> sob o título Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à IHU On-Line 325, sob o título Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico, disponível em <http://migre.me/zASO>. De 13 a 16 de setembro de 2010 aconteceu o XI Simpósio Internacional IHU: O (des) governo biopolítico da vida humana. Para maiores informações, acesse <http://migre.me/JyaH>. Confira a edição 343 da IHU On-Line, intitulada O (des)governo biopolítico

sobre esse tema na obra *O nascimento da biopolítica*, que comentamos em outra oportunidade. Foucault, como Arendt, sustenta a tese de que a biopolítica hegemônica na modernidade é correlativa à economia política. Arendt escreveu sua obra *A condição humana*, em 1958; Foucault escreveu na década de 1980. Fica para os pesquisadores deste tema a incógnita de por que Foucault não se reportou às pesquisas de Arendt, com as quais tem muitos pontos de contato e também as inevitáveis diferenças.

Ainda podemos mencionar que Giorgio Agamben desenvolveu recentemente na sua obra *O reino e a glória* uma pesquisa muito original sobre a relação entre a genealogia do conceito de economia tal e como foi desenvolvida pela teologia cristã (economia trinitária, economia do governo do mundo por Deus) como âncora do discurso biopolítico da economia política.

A subtração da ação e a afirmação do governo da vida na sociedade

A sociedade moderna aparece como novo espaço que, subtraído da ação política, encontra-se submetido ao governo da vida humana e suas necessidades básicas. A sociedade não é um espaço público no sentido político que os antigos davam. Nela não predomina a práxis transformadora nem a livre decisão dos sujeitos. Pelo contrário, a sociedade está regida pelo princípio do governo da natureza das necessidades humanas. A política tornou-se uma mera função da sociedade. A práxis e o discurso que constroem a autonomia e a isonomia próprias da ação estão restritas a minorias encarregadas formalmente de representar politicamente a sociedade. Na maioria dos casos a política tornou-se uma encenação formal de um poder social real. A política foi absorvida pelos interesses sociais assim

da vida humana, publicada em 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/bi5U9l>, e a edição 344, intitulada Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em <http://bit.ly/9SQcgl>. A edição 364, de 06-06-2011 é intitulada “História da loucura” e o discurso racional em debate, inspirada na obra História da loucura, e está disponível em <http://bit.ly/LXBq1m>. (Nota da IHU On-Line)

como o espaço público foi contaminado pela racionalidade instrumental do governo da vida.

A política derivada do espaço público está submetida ao interesse social. O interesse é uma categoria da natureza humana amplamente pesquisada e analisada pelos discursos da economia e pelas estruturas do capitalismo. O humano reduzido a *zoe* é interpretado pelos filósofos naturalistas modernos e pela economia política como uma natureza que se comporta por impulsos a ela inerentes. O impulso natural primário por excelência dos economistas modernos é o interesse próprio. O interesse próprio tornou-se o eixo articulador e reitor do capitalismo como sistema econômico e da sociedade como modelo de governo.

A funcionalização do político no interior do interesse natural torna difícil perceber o abismo que existe entre as duas esferas: o social e o político. A sociedade fez ascender os princípios naturais do governo do *lar* e da *oikos* dentro das atividades econômicas do domínio público. O que impetra na sociedade é a administração da vida através do gerenciamento útil das necessidades vitais. O que era objeto da administração doméstica se tornou escopo da nova economia social. Como diz Arendt: “no mundo moderno, os dois domínios constantemente recobrem um ao outro, como ondas no perene fluir do processo da vida”.⁵ O que vemos aparecer refletido nesta análise, embora Arendt não utilize o conceito, é o marco da biopolítica moderna.

O conceito moderno de sociedade destruiu o *lar* como espaço privado que construía as identidades individuais. O que restou foi o conceito de intimidade como refúgio último que escapa da invasão biopolítica do social. Porém, no íntimo não é possível construir a condição humana de ser alguém no mundo com identidade própria. Foi Rousseau⁶ que, ao tentar

5 ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: Forense Universitária, 2010, p. 40. (Nota do autor)

6 **Jean Jacques Rousseau** (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As idéias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que

se rebelar contra a tirania do social, descobriu na intimidade o refúgio último que resta à individualidade padronizada. Mas a intimidade, ao contrário do *lar*, não tem um lugar no mundo. O que lhe resta é a capacidade de atingir a sociedade contra a qual se rebelou.

A sociedade também nega a característica principal do espaço público, a ação. A negação da ação transformadora da práxis era a característica da *oikos* doméstica. No lugar da ação transformadora, a sociedade espera que os indivíduos desenvolvam um comportamento regado por inúmeras normas de condutas e regulamentos internos. A sociedade substituiu a ação política pela normalização dos sujeitos. A sociedade, ao implementar o princípio do gerenciamento dos outros, implementa práticas (biopolíticas) de normalização dos sujeitos⁷. É importante atentar para a similitude com que a categoria de normalização apontada por Arendt coincide com as técnicas biopolíticas de normalização amplamente desenvolvidas por Foucault.

A normalização biopolítica dos comportamentos humanos

Arendt refere que o objetivo do social é governar normalizando, e normalizar controlando. O controle torna-se uma técnica de governo do social que substitui a autonomia do espaço público. Para a autora, o desenvolvimento inexorável do social conduz, pela normalização e controle (biopolítico) dos indivíduos, a uma noção de sociedade única ou sociedade de massas. A sociedade de massas é o resultado a que aspira o advento do social. Os indivíduos privados do lar e negados do espaço público agora são reconduzidos normalizadamente para uma sociedade massificada. São indivíduos massificados cujas condutas respondem aos códigos de gerenciamento de estímulo e resposta que os induzem naturalmente as se compor-

defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. (Nota da IHU On-Line).
7 ARENDT, op. cit. p. 49. (Nota do autor)

“A sociedade de massa é o produto acabado de uma sociedade normalizada”

tarem como massas sociais. “Com o surgimento da sociedade de massas o domínio do social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla, igualmente e com igual força, todos os membros de uma determinada sociedade”⁸.

Há uma radical diferença no conceito de igualdade implementado pela sociedade daquele que era almejado no espaço público da *polis*. A igualdade moderna se baseia no conformismo comportamental que ajusta a vida dos indivíduos a padrões assimilados de vida. Todos são iguais porque se parecem no modo de agir e viver, porque se assemelham nos gostos e atitudes, porque vivem padronizadamente. A biopolítica substituiu a ação pela normalização do comportamento, o diálogo pela imitação mimética e a práxis pela sujeição normalizada. No espaço público os iguais (*homoioi*) eram isonômicos nas capacidades de governo, pois ninguém era superior a ninguém para dominar ou governar os outros. Porém, a isonomia do público exigia a condição agonística da excelência de si, a virtude da superação. A isonomia não mingua a exigência da diferença, pelo contrário, a exigia. A diferença na isonomia do espaço público se dava pela excelência de cada um na prática das virtudes públicas. A excelência da virtude revelava o melhor de cada um, os melhores entre os iguais (*aien aristuein*).

A sociedade e o governo dos outros

O espaço público se tornava o lugar onde era possível desenvolver todas as potencialidades de uma *bios*

8 Idem, ibidem, p. 50. (Nota do autor)

diferente da mera vida natural. A excelência da virtude consagrava a possibilidade da diferença no espaço da isonomia. Na sociedade moderna o modelo de igualdade opera de forma inversa sobre os sujeitos: os padroniza pelo conformismo às normas que administram os espaços sob a égide do utilitarismo. Arendt reforça a tese de que a acomodação comportamental é o eixo modal das técnicas de governo da sociedade. São técnicas de governo da vida humana, do governo dos outros, próprio da *oikos*. Eis aqui outro ponto de contato entre a temática biopolítica desenvolvida por Foucault e as análises de Arendt.

Não é por acaso que as técnicas de governo da sociedade surgiram da economia política moderna. Os princípios que governavam a vida na *oikos* coincidem com os objetivos propostos na economia moderna. Arendt, assim como Foucault fez posteriormente, destaca que as técnicas de administração da vida na sociedade tiveram “como seu principal instrumento técnico, a estatística, que se tornou a ciência social por excelência”⁹.

Arendt destaca que as leis da estatística se aplicam a grandes números, que apresentam linhas e curvas de comportamento às quais devem ajustar-se as prospectivas de governo. O objeto da estatística é a população. Arendt, assim como Foucault posteriormente, aponta à população como um novo objeto/sujeito conexo com a estatística¹⁰. O resultado de uma população normalizada pelas técnicas biopolíticas de governo é a sociedade de massas. Nela diluiu-se a personalidade construída no *lar* particular e também apagou-se qualquer rastro de ação pública dos sujeitos. A sociedade de massa é o produto acabado de uma sociedade normalizada. “O que torna uma sociedade de massas tão difícil de ser suportada não é o número de pessoas envolvido, ou ao menos não fundamentalmente, mas o fato de que o mundo perdeu para elas seu poder de congregá-las, relacioná-las ou separá-las”¹¹.

9 Ibidem, p. 51. (Nota do autor)

10 Ibidem, p. 52. (Nota do autor)

11 Ibidem, p. 64. (Nota do autor)

Notas de Eventos

Filme *Oceanos* estará em debate no IHU

Os diretores Jacques Perrin e Jacques Cluzaud mergulharam fundo nas águas que sustentam a vida da humanidade no planeta, explorando o esplendor e as duras realidades das estranhas e maravilhosas criaturas que moram no mar. Filmado com a mais avançada tecnologia de captação de imagens subaquáticas, *Oceanos* oferece uma perspectiva surpreendente, em um filme encantador para

todas as idades. Esse mundo desconhecido e fascinante estará em debate no **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** em 19-05-2012, das 8h30min às 11h30min, quando será exibido o filme *Oceanos* (Oceans), sob direção de Jacques Perrin e Jacques Cluzaud, França/Suíça/Espanha, 2009, 104min, de **Jacques Perrin** e **Jacques Cluzaud**, dentro da programação do **Ciclo de Filmes e Debates: Sociedade Sus-**

tentável no Cinema. O debatedor é o professor MS **Gilberto A. Faggion** - Unisinos. A atividade acontece na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no **IHU**. Mais informações, acesse: <http://migre.me/91I5D>. Para saber mais sobre o filme, leia a entrevista disponível no sítio do **IHU**. Acesse em: <http://migre.me/91ICY>.

Inside Job – Trabalho Interno será exibido novamente no IHU

Quem não teve a oportunidade de assistir nos dias 8 e 9 de maio o longa-metragem *Inside Job – Trabalho Interno* (EUA, 2010, 120min, direção: Charles Ferguson), que faz parte da programação do **Ciclo de Filmes e**

Debates: A crise do capitalismo no cinema, poderá tê-la no próximo dia 21 de maio, das 12h às 14h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. Para saber mais sobre o filme, leia a entrevista na qual Lucas Henrique da

Luz, professor e um dos coordenadores do curso de Administração da Unisinos, comenta o filme, concedeu à **IHU On-Line**, disponível em: <http://migre.me/91Gq4>.

Oficina sobre os dados censitários da amostra da Região do Vale do Sinos – Censo 2010

A “Oficina sobre os dados censitários da amostra da Região do Vale do Sinos – Censo 2010” é uma atividade do ObservaSinos que objetiva promover a formação sobre acesso, tratamento e análise das bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ela compõe o conjunto de ações do Observatório, que

tem como propósito analisar, sistematizar e publicar indicadores socioeconômicos assim como promover o debate sobre a realidade e as políticas públicas da região do Vale do Rio dos Sinos, em vista da afirmação da uma sociedade incluyente e sustentável. Nesse sentido, no dia 16 de maio será realizada a Oficina sobre os dados cen-

sitários da amostra da Região do Vale do Sinos – Censo 2010, que será ministrada pelo professor Ademir Barbosa Koucher, do IBGE. A programação será realizada das 14h às 17h, na sala 3C204E. Mais informações em: <http://migre.me/91IYB>.

Maria Adélia Friedrich

POR THAMIRIS MAGALHÃES



Alegre, sempre disposta no trabalho e dinâmica. Essa é a professora de matemática da Unisinos, Maria Adélia Friedrich. Há 39 anos trabalhando nesta instituição, Madélia como é chamada pelos colegas, desenvolve trabalhos na área de educação a distância e foi a responsável pela criação de projetos inovadores, como o Vestibulink, no ano de 1998, espaço virtual onde se disponibilizava as questões do vestibular da Universidade de anos an-

teriores. “Hoje podemos encontrar inúmeros espaços virtuais semelhantes, mas na década de 90 as iniciativas eram tímidas nessa direção e o que encontrávamos não era tão específico como o ambiente do Vestibulink”, diz, orgulhosa, em entrevista concedida pessoalmente à **IHU On-Line**. Em seu tempo livre, gosta de caminhar, estar com os amigos e namorar em Canela. Conheça um pouco mais suas vivências.

Origem – Nasci em Novo Hamburgo, em 29 de maio de 1950. Sou filha de Antonio Cunha (falecido em 1978) e Nelsa Heberle Cunha, atualmente com 95 anos. Sou casada com Geovane Felipe Geleuzzo, cardiologista em Novo Hamburgo, sou mãe da Carolina (33 anos), médica especialista em UTI pediátrica na cidade de Salvador/Bahia e da Luciana (31 anos) psicóloga em Porto Alegre. Meu pai foi trabalhador na área de curtimento de couros e minha mãe foi costureira de calçados, atividades comuns em nossa cidade na década de 30 do século passado, quando ambos começaram a trabalhar formalmente. Não cheguei a conhecer meus avós, nem paternos, nem maternos, e senti falta deles quando criança, tanto é que pedi “emprestado” os avós de uma amiguinha. Meu pai era um verdadeiro alquimista na cozinha, aprendizado feito com vovó que foi uma exímia cozinheira de um Hotel de Novo Hamburgo. Desta avó tenho a herança do nome. Posso considerar que, para os padrões de hoje, nossa família era numerosa, pois minha mãe teve cinco filhos. Atualmente, todos os quatro irmãos são falecidos.

Maria Adélia por Maria Adélia – Sempre aprendendo é o meu lema. Com a vida aprendi: Que nascer é muito bom; Que dar a luz é melhor ainda; Que família é o bem maior; Que

ser mãe é uma dádiva de Deus; Que ouvir os outros é o melhor remédio; Que sinceridade às vezes machuca; Que ser justa é difícil; Que ensinar é uma delícia; Que aprender dá prazer; Que gastamos a vida inteira para conhecermos a nós mesmos; Que nunca conhecemos uma pessoa de verdade; Que confiança não é artigo de luxo, e sim de sobrevivência; Que grandes amigos existem; Que a natureza nos acalma; Que as diferenças somam; Que amores eternos podem acabar; Que o “nunca mais” nunca se cumpre; Que o “para sempre” sempre acaba; Que minha família, com suas múltiplas diferenças, está sempre aqui quando preciso; Que vou sempre gostar de me surpreender, seja com os outros ou comigo mesma; Que sou muito feliz com o que tenho; Que posso cair e posso levantar infinitas vezes... Enfim, que ainda tenho muito para aprender! Toda descoberta transformadora vem com o aprendizado, do entendimento de determinados assuntos e comportamentos. No meu entender aprender sempre foi e será a missão das pessoas. Quando estamos preparados para aprender, estamos preparados para viver. Viver com felicidade.

Formação – Cursei o primário, hoje Ensino Fundamental, na Escola Dom Pedro II e o secundário na Escola Santa Catarina de Novo Hamburgo. No

colégio 25 de Julho fiz os três anos do curso científico. O Ensino Médio era, neste período, dividido em dois cursos: o clássico e o científico. Os alunos que pretendiam cursar faculdade na área de ciências humanas se dirigiam para o clássico onde a carga horária se concentrava nas disciplinas de português, inglês, história e literatura. O científico era para aqueles que tinham maior afinidade na área de ciências exatas, isto é, que se preparavam para ser engenheiros, administrador e, como eu, professora de matemática! No currículo do científico, a física, a química e a matemática tinham destaque. Tive ótimos professores de matemática neste período, mas quem tornou mais clara minha intenção de seguir o caminho desta ciência foi uma professora do “Santa”, a irmã Firmínia. Desde então esta ciência me fascina. Em 1975, fiz um curso de Especialização (lato sensu) em Lógica e Metodologia Científica focada na aplicabilidade prática dos seus conceitos, procurando, desta forma, melhorar minha atuação como professora. Hoje, sou professora na área de ciência e tecnologia, ministrando disciplinas de matemática e desenvolvendo projeto na área de educação a distância.

Vestibular – No início de 1969 fiz vestibular na então Faculdade de Ciências e Letras de São Leopoldo, que



em 31 de julho daquele ano passou a ser Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. A escolha: Licenciatura em Física. Não havia na época duas Licenciaturas – Matemática e Física – mas éramos preparados para lecionar física, matemática e desenho geométrico como consta na carteira do Ministério de Educação e Cultura que ainda guardo com muito orgulho.

Academia – No início de 1973 recebi o convite para lecionar uma disciplina de Matemática na Unisinos. Com muita garra e coragem, aceitei e assim começava minha carreira na Instituição.

Mestrado – Neste mesmo ano, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - lançou um mestrado em ciência da computação e, por já estar envolvida com a área, me interessei em fazê-lo. Eu havia no ano anterior feito um curso de linguagem de programação na Faculdade de Engenharia da Universidade e gostei muito. Incentivada pelo então Chefe de departamento de Matemática, professor Sérgio Congli Gomes, me inscrevi e fui selecionada. No final do primeiro semestre tive que tomar uma decisão que me fez abandonar o curso: aceitei a proposta da Unisinos de trabalhar praticamente em tempo integral na universidade. Posteriormente, mais experiente e também mais madura optei pelo mestrado em Semiótica, em 1994, para investigar este emanharado de significados e significantes que permeiam o discurso em sala de aula no processo de ensino e aprendizagem. A escolha pela linha de pesquisa em cognição e teoria da informação certamente tem até hoje colaborado para o engajamento em projetos desenvolvidos na área de educação a distância.

Unisinos, para além da docência – Com o passar do tempo, fui agregando à docência desafios administrativos.



A formação de professora não contempla funções administrativas, mas com boa vontade e com o sempre presente auxílio dos mais experientes, fui chefe de departamento, coordenadora de cursos de extensão, membro de grupo editorial da revista da universidade e membro do grupo de professores encarregados de estudar as novas tecnologias. Espaços como LEI (Laboratório de Educação e Informática), Nute (Núcleo de Tecnologias Educacionais), Infotechne (inserido no Programa Gênese, que visava a introdução das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) na Educação), incentivados pela instituição, são responsáveis pelo trabalho extraclasse desenvolvido atualmente. O interesse na área de TI sempre se deu na direção da melhoria do ensino e da aprendizagem, foco da profissão de professora.

Um projeto inovador – Com o pensamento voltado para o uso da tecnologia a favor do processo de ensino aprendizagem, no ano de 1998 desenvolvi o Vestibulink - um espaço virtual onde se disponibilizava as questões do vestibular da Universidade de anos anteriores, com o acréscimo dos comentários emitidos para cada item das questões que eram de múltipla escolha. Estes comentários eram criados pelo grupo de professores que elaboravam as questões de cada área contemplada pelo concurso. Hoje podemos encontrar inúmeros espaços virtuais semelhantes, mas na década de 90 as iniciativas eram tímidas nessa direção e o que encontrávamos não era tão específico como o ambiente do Vestibulink. Não posso deixar de aproveitar o espaço para agradecer aos colegas que durante cinco anos colaboraram com o projeto.

Nem só trabalho! – Nessas quatro décadas vividas com intensidade dentro do campus, tenho guardado na

memória muitos momentos de alegria e não poderia deixar de destacar um momento inesquecível que vivemos, no ano de 1999, em que, nós, professores da área de ciência e tecnologia, elaboramos e encenamos a peça *A Estranha Morte de Carmosina Fragoso*. Participaram do teatro os professores Anibal Cardoso (autor do texto), Ana Maria Tagliari, Vera Maria dos Santos Alves, Ari Ricardo Goetze, Odisnei Gallarraga, Maria Cristina Kessler e eu. Foi uma experiência ímpar, eu era a Carmosina Fragoso de 92 anos que morre e perambula pelos aposentos da casa.

Teatro e sexta feira – Nós, da área de “exatas”, temos algo peculiar: não somos apenas colegas de trabalho, somos um grande grupo de amigos. Todas as sextas-feiras à noite, na hora do intervalo, um professor é responsável por levar o lanche e fazemos uma grande confraternização na sala. Nessas sextas-feiras acabam se tornando bastante divertidas. E isso, pelo que percebo, é peculiar do nosso grupo.

Lazer – Caminhar, estar com os amigos, escutar música e namorar em Canela.

Livro – *O andar do bêbado: como o acaso determina nossas vidas*, de Leonard Mlodinow (Editora: Jorge Zahar, 2009). Nesta obra, o autor aborda conceitos de antigos matemáticos famosos e os aplica no mundo atual. De uma forma engraçada, mostra como a estatística e a visão analítica determinam aspectos importantes em sua vida.

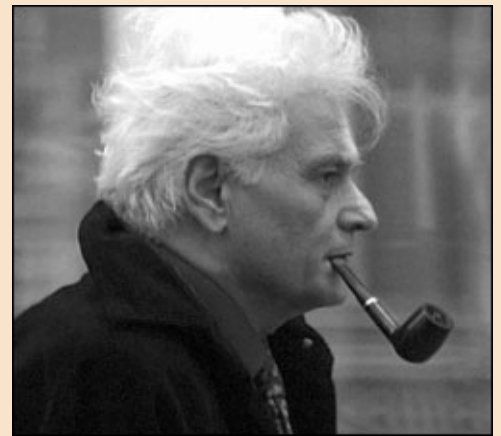
Religião – Cristã Católica Apostólica Romana.

Sonho – Ver todos felizes.

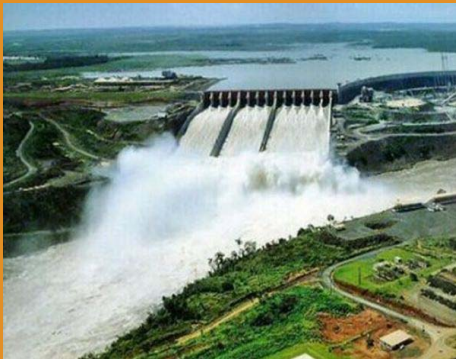
IHU – Um espaço aberto onde todos podem colaborar e ao mesmo tempo aprender.

Derrida e a alteridade

No próximo dia 17-05-2012, o tema “A desconstrução de Derrida como um pensamento da alteridade”, será abordado pelo Prof. Dr. Rafael Haddock-Lobo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. A atividade acontece das 19h30min às 22h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. Para obter mais informações, acesse <http://migre.me/92uXp>



Conjuntura da semana



A análise da conjuntura da semana é uma (re) leitura das Notícias do Dia publicadas diariamente no sítio do IHU. A análise é

elaborada em fina sintonia com o Instituto Humanitas Unisinos – IHU pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – Cepat, com sede em Curitiba-PR, parceiro estratégico do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, e por Cesar Sanson, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, parceiro do IHU na elaboração das Notícias do Dia. A edição mais recente da conjuntura da semana é intitulada Matriz energética em debate: Impasses e alternativas. Segundo a análise, o mundo está cada vez mais voraz e insaciável por energia. E o Brasil não foge à regra. Confira a análise em <http://bit.ly/M3EWTv>.

Os animais - uma abordagem antropocêntrica

Nesta quinta-feira, 17-05-2012, o Prof. Dr. Rafael Haddock-Lobo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, estará no Instituto Humanitas Unisinos – IHU para falar sobre a temática A questão dos animais: limites conceituais de uma abordagem antropocêntrica. A atividade inicia às 17h30min e vai até às 19h, na Sala Ignácio Ellacuría e Companheiros, no IHU. Mais informações: em <http://migre.me/92v6C>



Entre na página do IHU e nos siga no Twitter e no Facebook

www.ihu.unisinos.br